

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO E
DOUTORADO)

FERNANDA TREVIZAN E SILVA

ESTRUTURA RETÓRICA DE TEXTOS DO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO EM
CONTEXTO DE VESTIBULAR

MARINGÁ – PR
2022

FERNANDA TREVIZAN E SILVA

**ESTRUTURA RETÓRICA DE TEXTOS DO GÊNERO ARTIGO DE
OPINIÃO EM CONTEXTO DE VESTIBULAR**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de mestre em Letras do programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá. Área de concentração: Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Juliano Desiderato Antonio

MARINGÁ – PR
2022

RESUMO

A presente pesquisa teve como objeto de análise as características principais da unidade central (*doravante* UC) em artigos de opinião produzidos no vestibular. Ademais, foram objetivos específicos deste trabalho: averiguar os critérios usados para identificar as UCs a partir do ponto de vista de quatro anotadores que conhecem a metodologia adotada nesta pesquisa; descrever as relações retóricas mais frequentes nas redações e explicitar alguns dos tipos de estruturas encontradas no *corpus*. Essa pesquisa ampara-se nas teorias funcionalistas (DIK, 1989; NEVES, 1994, 1997; BUTLER, 2003; HALLIDAY, 2004), cujo enfoque recai sobre a forma como a linguagem é utilizada a fim de atingir um determinado fim. A Teoria da Estrutura Retórica (*Rethorical Structure Theory*) também serviu como base para os estudos. A RST é uma teoria de caráter descritivo que teve início na década de 1980 e tem como foco o estudo da organização textual e a análise de relações implícitas e/ou explícitas que surgem da combinação de porções de texto (MANN & THOMPSON, 1988; MATTHIESSEN & THOMPSON, 1988). O *corpus* é constituído de 100 redações elaboradas por candidatos no Vestibular de Inverno da UEM no ano de 2018. A escolha por essa temática de pesquisa justifica-se pelo fato de não haver muitas pesquisas que analisem a estrutura retórica e as UCs no gênero artigo de opinião em contexto de vestibular. Espera-se, com isso, contribuir futuramente com a escrita de materiais, treinamento de professores e auxílio de bancas avaliadoras. Observou-se os seguintes resultados acerca da avaliação dos anotadores sobre as UCs: entre os anotadores 01 e 02, houve 33% de concordância; entre os anotadores 01 e 03, 56% de concordância e, entre os anotadores 02 e 03, 32% de concordância. Foram investigados também os critérios para a definição das UCs. O primeiro deles foi sua posição relativa nos textos do *corpus*. Verificou-se que, em 44 redações, a UC esteve presente na discussão; em 29 redações, localizou-se na situação-problema e, em outras 27 redações, na solução-avaliação. Esses resultados revelaram que os textos produzidos em contexto de vestibular, especificamente, nem sempre seguem a estrutura composicional indicada por literaturas que descrevem o gênero artigo de opinião. O segundo critério analisado relaciona-se à frequência de determinados vocábulos nas UCs. Assim, identificou-se que a classe dos substantivos apresentou o número mais expressivo de ocorrências, seguida da de adjetivos e de verbos. Finalmente, foram analisadas as relações de coerência e as principais estruturas retóricas que compõem os textos do *corpus*. Constatou-se que, quando a UC está presente na situação-problema e na discussão, a estrutura retórica dos textos se dá de forma muito semelhante. Contudo, quando a UC se manifesta na solução-avaliação, a estrutura retórica do gênero se modifica completamente.

Palavras-chave: Artigo de opinião; RST; Unidade Central.

ABSTRACT

The present research aimed to analyze the main characteristics of the central unit (hereinafter CU) in opinion articles produced in the entrance exam. Furthermore, the specific objectives of this work were: to investigate the criteria used to identify the CUs from the point of view of four annotators who know the methodology adopted in this research; describe the most frequent rhetorical relationships in newsrooms and explain some of the types of structures found in the corpus. This research is supported by functionalist theories (DIK, 1989; NEVES, 1994, 1997; BUTLER, 2003; HALLIDAY, 2004), whose focus is on the way in which language is used in order to achieve a certain objective. In addition to these, the Theory of Rhetorical Structure Theory also served as a basis for the studies. RST is a descriptive theory that began in the 1980s and focuses on the study of textual organization and the analysis of implicit and/or explicit relationships that arise from the combination of text portions (MANN & THOMPSON, 1988; MATTHIESSEN. & THOMPSON, 1988). The corpus consists of 100 essays written by candidates in the UEM Winter Vestibular in 2018. The choice for this research theme is justified by the fact that there are not many studies that analyze the rhetorical structure and CUs in the article genre of opinion in the context of entrance exams. It is expected, with this, to contribute in the future with the writing of materials, training of teachers and assistance of evaluation boards. The following results were observed regarding the annotators' evaluation of the CUs: between annotators 01 and 02, there was 33% agreement; between annotators 01 and 03, 56% of agreement and, between annotators 02 and 03, 32% of agreement. The criteria for defining the CUs were also investigated. The first of these was their relative position in the texts of the corpus. It was found that, in 44 texts, the UC was present in the discussion; in 29 texts, it was located in the problem-situation and, in another 27 texts, in the solution-evaluation. These results revealed that the texts produced in the context of university entrance exams, specifically, do not always follow the compositional structure indicated by literatures that describe the genre of opinion article. The second criterion analyzed is related to the frequency of certain words in the CUs. Thus, it was identified that the class of nouns presented the most expressive number of occurrences, followed by adjectives and verbs. Finally, the coherence relations and the main rhetorical structures that make up the texts of the corpus were analyzed. It was found that, when the CU is present in the problem-situation and in the discussion, the rhetorical structure of the texts is very similar. However, when the CU manifests itself in the evaluation-solution, the rhetorical structure of the genre changes completely.

Keywords: Opinion article; RST; Central Unit.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modelo de interação verbal.....	14
Figura 2: Esquema núcleo-satélite	18
Figura 3: Esquema multinuclear.....	18
Figura 4: Exemplo de estrutura retórica de meio - método.....	21
Figura 5: Texto segmentado em EDUs.....	37
Figura 6: Interface de importação do texto para posterior criação do diagrama.....	38
Figura 7: Interface do programa para a criação do diagrama da estrutura retórica.....	39
Figura 8: Diagrama da estrutura retórica do Texto 01.....	54
Figura 9: Diagrama da estrutura retórica do Texto 02.....	57
Figura 10: Diagrama da estrutura retórica do Texto 03.....	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Definição da relação de concessão. - N representa o núcleo e S representa o satélite.....	19
Quadro 2: Definição da relação de sequência	19
Quadro 3: Distinção entre tipos e gêneros textuais	25
Quadro 4: Contexto de produção do artigo de opinião no vestibular e na esfera jornalística	32
Quadro 5: Posição relativa da UC nos textos do corpus	45
Quadro 6: Substantivos encontrados com maior frequência nas UCs.....	47
Quadro 7: Adjetivos e locuções adjetivas encontradas com maior frequência nas UCs.....	48
Quadro 8: Verbos encontrados com maior frequência nas UCs.....	49
Quadro 9: Verbos encontrados com maior frequência nas UCs ⁴	52
Quadro 10: Definição da relação de fundo.....	53
Quadro 11: Definição da relação de conclusão	55
Quadro 12: Definição da relação de justificação.....	56
Quadro 13: Definição da relação de motivação	58
Quadro 14: Definição da relação de interpretação	61
Quadro 15: Definição da relação de elaboração.....	62
Quadro 16: Definição da relação de solução.....	62
Quadro 17: Definição da relação de antítese.....	63
Quadro 18: Definição da relação de resultado	64

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
2.1 Funcionalismo.....	10
2.2.1 As unidades centrais (UCs).....	22
2.3 Os gêneros discursivos e textuais.....	23
2.3.1 O gênero artigo de opinião em contextos reais.....	26
2.3.2 O gênero no contexto do vestibular.....	30
3 METODOLOGIA.....	34
3.1 O <i>Corpus</i>	34
3.2 Procedimentos de análise.....	36
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	40
4.1 Frequência de concordância entre os anotadores para a definição da UC.....	40
4.2 Critérios utilizados para a identificação da UC.....	45
4.3 As relações retóricas estabelecidas no gênero artigo de opinião.....	50
5 CONCLUSÃO.....	65
REFERÊNCIAS.....	67

INTRODUÇÃO

É consenso geral que a linguagem é imprescindível para a realização das mais variadas atividades humanas. A fim de atender determinadas intenções comunicativas, são produzidos enunciados orais ou escritos que espelham as condições específicas do domínio social do qual provêm. Segundo Bakhtin (1997), tais enunciados são constituídos de um conteúdo temático, estilo verbal, construção composicional e recebem o nome de gêneros do discurso. “Cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso o que denominamos gêneros do discurso” (BAKHTIN, 1997, p. 290).

Essa perspectiva acerca dos gêneros trouxe novos olhares não só para as pesquisas no campo da linguística, mas também para o contexto escolar. A partir das diretrizes assinaladas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de língua portuguesa e línguas estrangeiras (PCNs) e preservadas por outros documentos oficiais, como as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM) e a Base Curricular Nacional Comum Curricular (BNCC), pode-se notar a importância de se inserir cada vez mais esse novo objeto de estudo no ensino de língua portuguesa.

Assim, diversas universidades, dentre elas a Universidade Estadual de Maringá (UEM), sentiram a necessidade de abordar os gêneros em seus processos seletivos. Tendo esses aspectos em vista e a escassez de pesquisas que contemplam o artigo de opinião especificamente no contexto do vestibular, a presente pesquisa se justifica pela necessidade de trazer contribuições para o ensino e para o trabalho de avaliação desse gênero. Essencialmente de caráter argumentativo, o artigo de opinião visa, segundo Uber (2008), promover a discussão de temas sociais considerados polêmicos e explicitar o posicionamento de quem o escreve a partir da sustentação de uma ideia.

Isso posto, o presente estudo ampara-se nas teorias funcionalistas, as quais enfocam a competência comunicativa, ou seja, de que forma a linguagem é utilizada eficientemente para atingir determinado fim. De acordo com Halliday (1985), a linguagem é uma forma de interação social e está atrelada a três metafunções: a interpessoal, que tem como foco os recursos gramaticais usados para estabelecer relações entre os seres; a ideacional, ligada à construção de nossa própria experiência de

mundo exterior e interior; e a textual, que é inerente à linguagem e abrange as relações estabelecidas dentro do texto.

Tais pressupostos podem ser relacionados à RST (*Rhetorical Structure Theory*), uma teoria descritiva que surgiu na década de 1980 e estuda a organização textual, visando analisar as relações, explícitas ou implícitas, que emergem da combinação entre as partes do texto, tornando-o coerente (MANN & THOMPSON, 1988; MATTHIESSEN & THOMPSON, 1988).

Além disso, conforme Azar (1999), a RST é uma ferramenta apropriada para analisar textos argumentativos, uma vez que evidencia de que forma os elementos textuais ajudam o enunciador a atingir seus interesses comunicativos e como as informações transmitidas por ele serão identificadas pelos enunciatários.

Nesse contexto, objetiva-se investigar as principais características da UC em artigos de opinião no contexto do vestibular. Cabe ressaltar que se considera uma UC a síntese do sentido global do texto, a informação mais relevante, que é também o núcleo para o qual todas as outras porções textuais apontam. São, ainda, objetivos específicos deste trabalho: averiguar os critérios usados para identificar as UCs a partir do ponto de vista de quatro anotadores que conhecem a metodologia adotada nesta pesquisa; descrever as relações retóricas mais frequentes nas redações e explicitar alguns dos tipos de estruturas encontradas no corpus, o qual é constituído por produções textuais realizadas no Vestibular de Inverno de 2018 da Universidade Estadual de Maringá (UEM). A identificação das UCs foi realizada manualmente por quatro anotadores que já possuíam conhecimento acerca da metodologia utilizada

Tendo em vista a plasticidade dos gêneros, elaboram-se as seguintes hipóteses de pesquisa: 1) será possível encontrar diferentes tipos de estruturas textuais produzidas pelos candidatos; 2) haverá discrepâncias entre os anotadores na identificação das UCs, uma vez que em outros trabalhos esse fenômeno já ocorreu (SANTOS, 2019). Espera-se que os resultados apresentados possam contribuir futuramente com a escrita de materiais, treinamento de professores e auxílio de bancas avaliadoras.

Este trabalho divide-se em 4 seções organizadas do seguinte modo: a primeira apresenta a fundamentação teórica responsável por nortear esta pesquisa. São explicitados, então, os aspectos que envolvem as teorias funcionalistas e a RST, bem

como uma revisão da literatura acerca dos gêneros textuais e, especificamente, do artigo de opinião.

A segunda descreve a metodologia utilizada, o tipo de *corpus* selecionado e os procedimentos de análise. Já na terceira são expostas as análises e dados coletados durante a pesquisa. Explicita-se quais foram os critérios definidos para a identificação das UCs, o percentual de concordância entre os anotadores e, por fim, as principais estruturas retóricas do gênero artigo de opinião encontradas no *corpus*. A última seção traz as considerações finais da autora após a análise acerca dos dados obtidos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo destina-se a apresentar as perspectivas teóricas que embasam o trabalho e está dividido em três partes: a primeira visa conceituar e apresentar alguns dos aspectos basilares do funcionalismo; a segunda aborda a Teoria da Estrutura Retórica (Rhetorical Structure Theory – RST); e a terceira parte contempla os principais conceitos que envolvem os gêneros textuais de forma geral e o gênero artigo de opinião mais especificamente.

2.1 Funcionalismo

Sabe-se que, apesar de haver estudos linguísticos anteriores aos de Ferdinand Saussure, a Linguística apenas obteve o estatuto de ciência a partir da publicação do Curso de Linguística Geral em 1916, obra produzida por dois de seus seguidores, os quais reuniram anotações de aulas ministradas em seus cursos.

Conforme Martelotta e Areas (2003), as ideias de Saussure influenciaram diretamente diversos outros autores, como Charles Bally, Albert Sechehaye e Henri Frei, principais representantes da Escola de Genebra; Martinet e Jakobson, grandes pensadores da Escola de Praga; Hjelmslev e os fundadores da Escola de Copenhague; e Noam Chomsky, que, inclusive, propôs uma crítica ao modelo estruturalista ao desenvolver o gerativismo.

Anos mais tarde, os estudiosos da Escola de Praga, ou Círculo Linguístico de Praga (*doravante* CLP), delinearam os primeiros passos em direção ao funcionalismo. Segundo Fontaine (1978), os trabalhos realizados pelo CLP foram desenvolvidos nas primeiras quatro décadas do século XX e contavam com nomes como Matheusius, Trubetzkoy e Jakobson.

Embora seja considerado estruturalista pós-saussureano, o CLP abordou, em sua primeira tese, alguns dos problemas decorrentes da concepção de língua como sistema. Essa visão fez que os autores passassem a adotar uma perspectiva funcional, a qual concebia a língua como um sistema utilizado para atingir um determinado fim. Tais ideias também tiveram uma grande influência de Karl Bühler, que, com suas

postulações, ajudou a construir uma base filosófica ao aspecto funcionalista abordado nos estudos do CLP.

Karl Bühler acreditava que a língua é utilizada conforme uma determinada finalidade e tal finalidade é capaz de modelar suas estruturas. Assim, o linguista alemão propôs três funções da linguagem as quais estão relacionadas às pessoas gramaticais do discurso, a saber: a função representativa, em que se destaca o assunto (3ª pessoa); a função expressiva, em que o emissor ou falante ocupa o papel principal (1ª pessoa); e a função apelativa, cujo foco é o receptor/ouvinte (2ª pessoa) (NEVES, 1994).

Posteriormente, Roman Jakobson expandiu as funções propostas por Bühler, contabilizando um total de seis funções da linguagem a função referencial, que corresponde à representativa; a função emotiva, que corresponde à expressiva; a função conativa, que corresponde à apelativa; a função fática, que está relacionada ao canal por meio do qual se dá a comunicação; a função metalinguística, relacionada ao código/linguagem utilizada; e, por fim, a função poética, que diz respeito à ênfase da mensagem a ser transmitida (NEVES, 1994).

Com base nesses aspectos, é possível perceber como o Funcionalismo foi engendrado, contudo, cabe ressaltar que há uma pluralidade de correntes teóricas que se intitulam funcionalistas, as quais não são, necessariamente, homogêneas. Nichols (1984 *apud* VAN VALIN, 2002) classifica essas perspectivas em três diferentes nuances, a saber: extremas, moderadas e conservadoras. O primeiro grupo, cuja abordagem é extremada,

(...) rejeita a validade de qualquer noção de estrutura que não aquela da estrutura discursiva e procura uma radical redução de gramática ao discurso. Nessa visão, a gramática é fortemente motivada pelo discurso, e a ênfase na primazia do discurso leva até a uma rejeição da semântica como uma parte válida das investigações linguísticas, nas quais o termo ‘semântica’ é entendido como um estudo do significado das formas independentemente de suas funções discursivas (VAN VALIN, 2002, p. 10, tradução nossa).¹

Entre os funcionalistas que englobam essa classe estão autores como Thompson, Hopper (1980) e Givón (1979).

¹ (...) rejects the validity of any notion of structure other than that of discourse structure and seeks a radical reduction of grammar to discourse. On this view, grammar is strongly motivated by discourse, and the emphasis on the primacy of discourse leads even to the rejection of semantics as a valid part of linguistic investigations, where “semantics” is understood as the study of the meaning of forms independent of their discourse function(s) (VAN VALIN, 2002).

O segundo grupo, de perspectiva moderada, reconhece as inadequações que permeiam o formalismo e propõe soluções de cunho funcionalista. Essa visão é compartilhada por Halliday (1985), Dik (1989) e pelo próprio Van Valin (2002). Por fim, a abordagem conservadora apenas trata de reconhecer as inadequações dos modelos formalistas, entretanto, não fornece quaisquer alternativas a fim de contorná-las. Nesse contexto, inserem-se autores como Kuno (1972) e Prince (1981). Embora apresentem algumas divergências entre si, os autores funcionalistas, de modo geral, compartilham a visão em comum de que a linguagem é uma forma de comunicação e interação social, portanto, não é possível concebê-la como uma estrutura autônoma, desconsiderando os contextos pragmáticos em que é produzida (PEZATTI, 2004).

Um dos conceitos-chave para as teorias funcionalistas é o de **função**, o qual nem sempre é claramente definido. Segundo Paveau e Sarfati (2006), pode-se entendê-lo como a tarefa que é designada a um determinado elemento linguístico estrutural a fim de que atinja um objetivo no quadro da comunicação humana. Nesse contexto, é necessário salientar que uma gramática considerada funcional não pode ser definida apenas como um modelo preocupado

Por gramática funcional entende-se, em geral, uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global de interação social. Trata-se de uma teoria que assenta que as relações entre as unidades e as funções das unidades têm prioridade sobre seus limites e sua posição, e que entende a gramática como acessível às pressões do uso (NEVES, 1997, p. 15).

Conforme Butler (2003), Simon Dik também foi responsável por trazer contribuições bastante significativas ao Funcionalismo. Seu principal objetivo era descrever e explicar as línguas naturais levando em consideração a competência linguística de seus usuários. Para tanto, o autor holandês amparava-se em três princípios de adequação explanatória: adequação pragmática, psicológica e tipológica.

Tendo em vista a grande influência do fator pragmático, Dik (1989) buscava explicitar as propriedades das expressões linguísticas em relação à descrição das normas que conduzem a interação verbal. Desse modo, a adequação pragmática foi, dentre os três princípios, o que mais impactou sua teoria. A adequação psicológica está ligada à forma como as expressões linguísticas são interpretadas, produzidas, processadas, armazenadas e recuperadas. Já a adequação tipológica prevê que uma gramática deve

não apenas fornecer subsídios para explicar línguas tipologicamente distintas, mas também elucidar quais as diferenças e semelhanças entre os diversos sistemas linguísticos.

Ainda, de acordo com o autor, o uso de uma língua engloba capacidades humanas tais como:

1) *capacidade linguística*: o usuário consegue produzir e interpretar expressões linguísticas dos mais variados níveis e complexidades;

2) *capacidade epistêmica*: o usuário pode construir uma base de conhecimento organizado, a qual utiliza para aprender expressões linguísticas e, a partir delas, interpretar novas expressões;

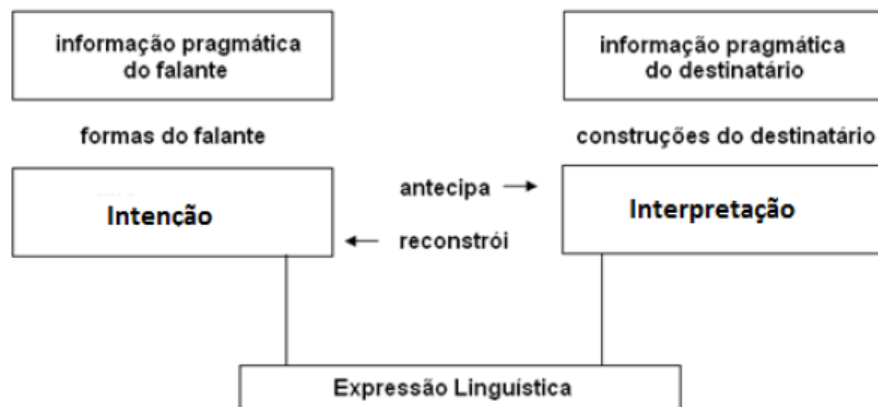
3) *capacidade lógica*: utilizando seu raciocínio, o usuário é capaz de compreender novas informações por meio de ferramentas como a dedução e a probabilidade;

4) *capacidade perceptual*: o usuário consegue utilizar o meio em que está inserido para adquirir conhecimentos e, posteriormente, interpretar e derivar do que aprendeu outras expressões linguísticas;

5) *capacidade social*: o usuário sabe o que dizer e como dizer a um interlocutor a fim de atingir um propósito específico (DIK, 1989).

Assim, nota-se que a perspectiva de Dik (1986) extrapola o nível puramente linguístico ao considerar que “o objetivo principal das línguas naturais é o estabelecimento da comunicação humana; outros objetivos são secundários ou derivados” (DIK, 1986, p. 21, apud BUTLER, 2003, p. 2). Segundo ele, a língua é, em primeira instância, um instrumento de comunicação e interação utilizado para que o usuário atinja seus objetivos comunicativos. Tal interação é entendida como uma atividade estruturada, uma vez que é regida por normas e convenções, e como cooperativa, pois é necessária a presença de ao menos dois participantes para que ocorra.

A respeito disso, ele propõe um modelo de interação verbal reproduzido a seguir.

Figura 1: Modelo de integração verbal

Fonte: Dik (1989, p.8)

Nesse modelo, entende-se que, em uma interação verbal, há no mínimo dois participantes, os quais possuem grande quantidade de informação pragmática. Segundo Dik (1997), essa informação pragmática pode ser interpretada como um conjunto de crenças, sentimentos, opiniões e premissas. O linguista holandês separa os conhecimentos que compõem tais informações em três grupos: 1) o conhecimento prévio, ou seja, aquele que participantes do evento comunicativo já possuíam; 2) o conhecimento situacional, o qual advém imediatamente da situação comunicativa; e 3) conhecimento textual, que está relacionado às expressões linguísticas compartilhadas antes ou depois da interação verbal.

Por meio da expressão linguística, o falante busca atingir um propósito específico e modificar o conhecimento pragmático de seu destinatário. Para tanto, antecipa qual será a interpretação feita por ele. Esse destinatário, por sua vez, reconstrói a intenção do falante, a qual foi mediada pela expressão linguística.

Além de Dik, Halliday (1985) elaborou sua própria teoria a fim de tentar esclarecer como se dá a comunicação linguística. Com base nas propostas de Firth, Malinowski e Whorf, o autor compreendia a língua como uma rede de sistemas utilizada pelos falantes para que possam produzir significados em contextos comunicativos. Tais ideias estavam fortemente atreladas aos termos “sistêmico” e “funcional”.

Conforme Neves (1997),

O termo *sistema* é usado, nesse modelo, no sentido firthiano de “paradigma funcional”, mas é desenvolvido no constructo formal de uma rede sistêmica, o que configura uma teoria da língua como escolha. Assim, à interpretação funcionalista da Linguística se acopla uma descrição sistêmica na qual a gramática toma a forma de uma série de estruturas em um sistema, cada estrutura representando as escolhas associadas com um dado tipo de constituinte. (NEVES, 1997, p. 59)

Uma gramática sistêmica também possui caráter paradigmático, o qual está ligado às escolhas realizadas pelo falante, escolhas essas que são capturadas através de sistemas e ajudam a construir as enunciações.

Para Halliday (1985), a gramática serve a três metafunções da linguagem: ideacional, interpessoal e textual. A metafunção ideacional está ligada à representação da realidade, que se origina a partir das vivências de mundo do falante. A interpessoal tem a ver com o modo como são utilizados determinados recursos gramaticais para que sejam estabelecidas interações entre os seres. Por último, a textual trata da organização do texto. Assim, entende-se que o sistema gramatical é uma ferramenta empregada para construir sentidos, o que reforça a impossibilidade de se estudar a gramática de maneira isolada.

Ainda na perspectiva de Halliday (1985), o texto deriva do sistema linguístico a que pertence e é através dele que os falantes interagem. Nesse sentido, o autor destaca que uma análise textual satisfatória deve ser ancorada na gramática, caso contrário, torna-se apenas um comentário acerca do objeto de estudo. Entretanto, não se pode resumir à descrição de componentes lexicogramaticais, é preciso que se englobem também outros fatores, como a semântica e a pragmática.

Por fim, ressalta-se o papel de destaque que tiveram os pesquisadores da Costa-oeste norte americana para o avanço dos estudos funcionalistas. Conforme Butler (2003), tal grupo não é constituído por autores de uma única teoria, mas sim por linguistas que desenvolveram uma coletânea de pesquisas e possuem crenças em comum. Desse modo, a fim de explicitar melhor as semelhanças e diferenças que permeiam tais estudos, Butler (2003) destaca os trabalhos realizados por Givón e Hopper e Thompson.

Segundo Givón (1979 *apud* BUTLER, 2003), não se pode conceber a gramática como uma estrutura autônoma. Isso porque as restrições e modificações no âmbito gramatical acontecem em decorrência de funções comunicativas altamente específicas. Assim, para que se entenda de fato a linguagem e a gramática, é necessário que parâmetros naturais sejam levados em conta, como a cognição e comunicação, o cérebro e o processamento da linguagem, a interação social e cultural, a mudança e variação e a aquisição e evolução. O autor salienta também que, embora reconheça a motivação funcional da gramática, não exclui a estrutura formal presente na linguagem. Para ele, “o surgimento da gramática pode ser funcionalmente motivado, mas uma vez lá, a estrutura formal assume sua própria realidade, comunicativa, cognitiva e neurológica.” (GIVÓN, 1995, p. 11).

Hopper e Thompson assumem uma postura mais radical no sentido de considerarem a gramática essencialmente motivada pelo discurso. Os autores propõem, então, a chamada Gramática Emergente, cujo enfoque não é mais voltado apenas à gramática, mas sim ao processo de gramaticalização. Nesse contexto, entende-se que determinadas formas estão à disposição do discurso e são cristalizadas por conta do uso recorrente.

Com base nesses aspectos, constata-se que os fenômenos de ordem semântica e pragmático-discursiva são primordiais tanto para as teorias elaboradas por Dik e Halliday quanto para os linguistas da costa-oeste. Tais perspectivas fundamentaram a criação da Teoria da Estrutura Retórica (RST – *Rhetorical Structure Theory*), a qual será melhor explicitada na seção a seguir

2.2 Teoria da Estrutura Retórica

A Teoria da Estrutura Retórica (*doravante* RST) permite descrever as relações que emergem da combinação entre as partes de um texto, estejam elas sinalizadas ou não gramaticalmente (MANN; THOMPSON 1988). A RST teve seu início nos anos 80 como resultado de múltiplas análises textuais realizadas por um grupo de linguistas liderado por Bill Mann, Sandra Thompson e Christian Matthiessen. A priori, foi criada como um modelo teórico para subsidiar a geração automática de textos, mas, com o passar do tempo, revelou-se útil para as mais variadas finalidades, abrangendo áreas

como o ensino do inglês como segunda língua, o campo da linguística aplicada e até a inteligência artificial (TABOADA; MANN 2006).

Tal teoria fornece uma estrutura para a compreensão do texto, que, além de seu conteúdo explícito, o qual pode ser identificado por conectores, possui proposições relacionais, as quais não estão necessariamente marcadas e emergem, implicitamente, das relações estabelecidas entre porções textuais. Assim, a ideia de que as relações discursivas são apenas lexicais diverge dos pressupostos da RST (MANN; MATTHIESSEN; THOMPSON 1992). Segundo Taboada (2009), essas proposições também podem ser chamadas de “relações discursivas”, “relações de coerência” e “relações retóricas”.

Cabe salientar que as relações discursivas ocorrem tanto na microestrutura quanto na macroestrutura textual (MANN; THOMPSON 1987). Segundo Van Dijk (1992), na macroestrutura, onde se localizam as maiores porções textuais, concentra-se a informação semântica que confere unidade global ao texto. Já as microestruturas são caracterizadas pelos segmentos menores do discurso, como orações adjacentes.

De acordo com Mann e Thompson (1988), a RST é uma teoria funcional, uma vez que contempla os efeitos de sentido produzidos pelo texto sobre seu enunciatário. Entretanto, para que o enunciador atinja efetivamente seus propósitos comunicativos, é essencial que as relações retóricas sejam de fato reconhecidas, afinal, são elas que garantem a unidade e estabelecem a coerência textual.

Faz-se necessário destacar, ainda, que a teoria tem suas análises baseadas na plausibilidade, e não na certeza. Isso ocorre pois o analista tem acesso apenas ao texto, ao contexto em que foi escrito e às convenções culturais do autor e de seus prováveis leitores, de modo que não é possível afirmar categoricamente quais as reais intenções que perpassaram a mente do autor no momento de produção do texto.

Segundo Mann e Thompson (1988), a RST estabelece dois tipos de esquemas para ilustrar a forma como são organizadas as relações. Em tais esquemas, pode haver a presença de núcleos e satélites, os núcleos são considerados as partes mais importantes de um texto, pois contêm as informações básicas. Já os satélites trazem as informações secundárias, as quais podem contribuir para a expansão do conteúdo principal, por exemplo. A organização das relações pode se dar de duas formas: núcleo-satélite (ou hipotáticas), com porções de estatuto diferente, em que o S (satélite) é ancilar ao N

(núcleo); e multinucleares (ou paratáticas), em que as porções possuem o mesmo estatuto. Cabe ressaltar que as orações encaixadas (hipotáticas) não são segmentadas, pois não estabelecem relações retóricas, apenas fazem parte da estrutura sintática de uma outra oração.

Figura 2: Esquema núcleo-satélite



Fonte: adaptado de Mann e Thompson (1988, p. 247)

Figura 3: Esquema multinuclear



Fonte: adaptado de Mann e Thompson (1988, p. 247)

Conforme explicitado na Figura 2, em uma relação núcleo-satélite, o arco tem início na porção secundária e encaminha-se para a porção principal. Na Figura 3, por sua vez, cada porção possui um núcleo distinto, mas com o mesmo estatuto.

Segundo Mann e Thompson (1988), uma relação pode ser definida com base em quatro critérios: 1) restrições sobre o núcleo; 2) restrições sobre o satélite; 3) restrições sobre a combinação do núcleo e do satélite; 4) efeito (ou seja, a intenção do falante/produtor do texto). Tais critérios podem ser observados no Quadro 1, que

exemplifica a definição da relação de núcleo-satélite de concessão e no Quadro 2, que exemplifica a definição da relação multinuclear de sequência.

Quadro 1: Definição da relação de concessão. - N representa o núcleo e S representa o satélite.

Nome da relação	Restrições sobre N ou sobre S individualmente	Restrições sobre N+S	Intenção falante/escritor
Concessão	Sobre N: o falante/escritor tem conceito positivo por N. Sobre S: o falante/escritor não está defendendo que S não tenha algo a ver.	O falante/escritor reconhece uma potencial ou aparente incompatibilidade entre N e S; reconhecer a compatibilidade entre N e S aumenta o conceito positivo do ouvinte/leitor em relação a N.	O conceito positivo do ouvinte/leitor em relação a N aumenta.

Fonte: adaptado do site da RST²

Quadro 2: Definição da relação de sequência

Nome da relação	Condições em cada grupo de N	Intenção do falante/escritor
Sequência	Existe uma relação de sucesso entre as situações apresentadas nos núcleos.	O ouvinte/leitor reconhece as relações de sucessão entre os núcleos.

Fonte: Mann e Taboada (2010)

Assim sendo, para a realização de uma análise satisfatória, é necessário levar em conta cada tipo de restrição para que, posteriormente, seja realizada a classificação de uma relação discursiva.

No que concerne aos tipos de relações existentes, Mann e Thompson (1988), primeiramente, criaram uma lista contendo 24 relações, as quais pertencem ao chamado “rol clássico” e foram divididas em dois grandes grupos, a saber:

- 1) As relações ligadas ao assunto, as quais têm por objetivo levar o enunciário a distinguir a relação em questão: elaboração, circunstância, solução, causa,

²<http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html>

resultado, propósito, condição, interpretação, meio, avaliação, reafirmação, resumo, sequência, contraste;

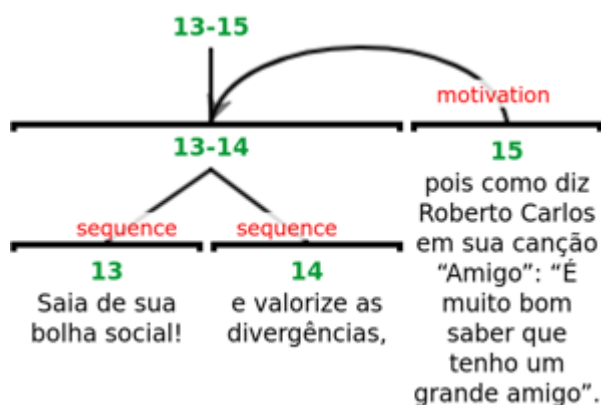
- 2) As relações ligadas à apresentação, cujo efeito aumenta a inclinação do enunciatário a agir em conformidade com o conteúdo do núcleo, concordar com o conteúdo do núcleo, acreditar no conteúdo do núcleo ou aceitar o conteúdo do núcleo: motivação, antítese, fundo, competência, evidência, justificativa, concessão, preparação.

Pode-se dizer que a metafunção ideacional de Halliday (2004) associa-se às relações ligadas ao assunto, uma vez que tal metafunção é encarregada de construir as experiências de uma língua natural. Entretanto, o sentido só é entendido de modo efetivo se as relações forem reconhecidas, caso contrário não será possível calcular a coerência. As relações ligadas à apresentação, por sua vez, são de ordem pragmática e estão em consonância com a metafunção interpessoal, que é vista como um instrumento que permite a interação entre o enunciador e o enunciatário. Se a relação for entendida com sucesso, poderá fazer o interlocutor acredite, concorde ou aja de acordo com a porção de texto nuclear (ANTONIO, 2010).

De acordo com Cunha e Irukieta (2014), após estabelecerem as relações pertencentes ao rol clássico, Mann e Thompson ainda acrescentaram mais 6 outras, as quais estão disponíveis no site oficial da RST. Em contrapartida, Carlson e Marcu (2001), em seu trabalho, expandiram ainda mais a lista. Deste modo, foi possível elencar até 136 tipos de relações, que derivam das iniciais propostas por Mann e Thompson. Isso prova que, apesar de já existirem diversas relações, é possível que sejam acrescentadas novas conforme as necessidades de análise.

Segundo Mann, Matthiessen e Thompson (1992), o primeiro passo para realizar uma análise à luz da RST é dividir o texto em unidades. Em seguida, deve-se identificar as relações de acordo com os propósitos de análise mais convenientes para cada pesquisador e, a partir do esquema *top down*, lançar um olhar sobre a macroestrutura para que se chegue à microestrutura.

Posteriormente, deve-se construir diagramas a fim de representar a organização textual. Tais diagramas representam as relações retóricas e sinalizam onde cada uma está alocada conforme pode-se observar na Figura 4.

Figura 4: Exemplo de estrutura retórica de motivação

Fonte: A autora.

As linhas verticais representam os núcleos, às quais se ligam os satélites. Nas relações multinucleares, por sua vez, as porções de texto são colocadas no mesmo nível e relacionadas pelas mesmas linhas. No diagrama presente na Figura 4, pode-se observar que o texto foi segmentado em três porções. Entre as unidades 13-14, nota-se que existe uma relação multinuclear, ou seja, que engloba cláusulas de mesmo estatuto. Quanto à unidade emergente, de número 15, configura-se como uma relação núcleo-satélite de motivação a qual foi utilizada para aumentar a vontade do leitor de executar as ações descritas nas unidades nucleares 13 e 14.

Tomando por base o conteúdo exposto, é possível compreender que a RST atua como uma teoria descritiva de caráter funcionalista, uma vez que se preocupa em entender como se dão a organização e a coerência do discurso. Constata-se a grande importância de tal teoria, que surgiu em meados dos anos 1980 e trouxe contribuições significativas para além da geração de textos computacionais, seu propósito inicial. Levando em consideração a metodologia de análise deste trabalho, a qual será pautada na RST e no gênero textual artigo de opinião, serão explanadas a seguir outras considerações teóricas acerca dessa temática.

2.2.1 As unidades centrais (UCs)

Van Dijk (1980) argumenta que o discurso, de forma geral, organiza-se em torno de um núcleo semântico que recebe o nome de tema ou tópico. Segundo o autor, o tópico traz a informação global do texto e é necessário para mantê-lo coerente. Conforme Iruskieta et al. (2014), essa noção de síntese global do texto pode ser nomeada de diferentes formas, a saber: declaração de tese (BURSTEIN et al., 2001), proposição central (PARDO et al., 2003), subconstituente central (EGG; REDEKER, 2010) e unidade central (STEDE, 2008). Uma vez que esta pesquisa se pauta na RST, assim como o trabalho de Stede (2008), adotou-se o termo “unidade central”.

Iruskieta et al. (2014) afirmam que esse conceito está fortemente associado às árvores discursivas, as quais são construídas a partir de Unidades Discursivas Elementares (EDUs), isto é, unidades mínimas de significado presentes em um texto (CARLSON; MARCU, 2001). Tais EDUs correspondem a dois grupos diferentes de cláusulas, as hipotáticas e as paratáticas.

Nesse contexto, entende-se que a UC é uma EDU, mas com propriedades diferentes das outras, pois funciona como a porção mais importante do texto, à qual todas as outras estão relacionadas. Sendo assim, localizá-la é um fator crucial para que se chegue às demais relações

Tendo em vista as considerações supramencionadas, um dos primeiros passos para a realização da análise presente neste trabalho foi a detecção das UCs nas 100 redações que compõem o *corpus*. A fim de identificá-las, foram aplicados os mesmos critérios utilizados por Antonio (2015), que realizou uma pesquisa com textos do gênero resposta argumentativa também produzidos por candidatos do vestibular da UEM.

De acordo com os resultados obtidos, o autor constatou três principais características que auxiliaram os anotadores a encontrar as UCs, são elas: a) a posição relativa da UC; b) a retomada da questão presente no comando de produção; c) a frequência de determinados substantivos, verbos e advérbios, os quais também estão presentes no comando de produção. Cabe ressaltar, contudo, que, como o foco deste trabalho é analisar artigos de opinião, descartou-se o critério b). Isso porque, diferentemente das respostas argumentativas, o gênero em questão não pressupõe que deva haver a retomada de uma pergunta específica.

A identificação das UCs foi realizada manualmente por quatro anotadores que já possuíam conhecimento acerca da metodologia utilizada. Optou-se por trazer várias perspectivas para essa análise para que se pudesse observar o nível de concordância e discrepância entre os anotadores selecionados. Além disso, segundo Iruskieta et al. (2015), um acordo em relação à UC leva, conseqüentemente, a um acordo maior sobre as relações retóricas.

2.3 Os gêneros discursivos e textuais

No que diz respeito aos gêneros, neste trabalho adota-se a visão de Mikhail Bakhtin, uma vez que o objeto de estudo em questão é, especificamente, o gênero artigo de opinião. Dentro desse contexto, ressalta-se que Bakhtin (1997) foi um dos autores de destaque no que se refere a essa temática, conceituando os gêneros discursivos como formas relativamente estáveis que circulam por diferentes esferas da atividade humana.

Como tais gêneros ocorrem nas práticas de uso da língua, não é possível contabilizá-los, uma vez que essas práticas tendem a se desenvolver e se modificar cada vez mais. Além disso,

(...) os gêneros também podem apresentar variações num mesmo momento histórico: uma campanha publicitária, de um mesmo produto, apresenta anúncios com feições um pouco diferentes, a depender do público-alvo (mulher, criança, adolescente, etc.) e do suporte (*outdoor*, revista semanal, jornal diário, cartaz, etc.). (SANTOS; MENDONÇA; CAVALCANTE, 2007, p. 30)

Tendo em vista a diversidade de gêneros discursivos existentes, Bakhtin (1997) classifica-os em primários e secundários. Os primários estão relacionados aos contextos mais espontâneos e imediatos de uso da língua, assim, possuem uma linguagem mais informal e fluida, como uma conversa cotidiana. Já os gêneros secundários contêm uma linguagem mais sofisticada e possuem estruturas mais complexas. Isso porque tais enunciados sofreram influências advindas da modalidade escrita e são, por vezes, derivações ou modificações de outros gêneros primários.

A visão interacionista da linguagem é, também, um aspecto importante e que fundamenta a teoria bakhtiniana. Nesse sentido, o autor declara que

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação

verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. (BAKHTIN, 2004, p. 123)

É, pois, por meio das interações verbais que os gêneros se concretizam e passam a circular nas mais diversas esferas sociais, as quais determinam certas condições para que o enunciado seja produzido. Dentre tais condições de produção, Bakhtin (1997) destaca o conteúdo temático, o estilo e a estrutura composicional.

O conteúdo temático, segundo Monterani e Menegassi (2009, p. 230), “(...) não é o assunto em si, mas abrange as diferentes atribuições de sentidos e seus recortes possíveis para um dado gênero do discurso”. O estilo, por sua vez, demarca-se na seleção de recursos linguísticos de diversas ordens, na adaptação dos dizeres, bem como na estrutura do próprio texto. Tal característica não sofre apenas a influência de seu autor, mas também, de certa forma, do leitor a quem se destina. Nas palavras de Brait (2005 p. 95), o estilo “depende do modo que locutor percebe e compreende seu destinatário, e do modo que ele presume uma compreensão responsiva ativa”. Já a estrutura composicional trata da forma de organização do texto e, por vezes, segue alguns moldes já reconhecidos pela sociedade.

Marcuschi (2008, p. 58), outro renomado pesquisador dessa área, passa a nomear os gêneros discursivos como textuais. De acordo com ele, essa mudança de nomenclatura se justifica pelos diferentes enfoques dados aos textos.

A tendência é ver o texto no plano das formas linguísticas e de sua organização, ao passo que o discurso seria o plano do funcionamento enunciativo, o plano da enunciação e efeitos de sentido na sua circulação sociointerativa e discursiva envolvendo outros aspectos (MARCUSCHI, 2008, p. 58).

Assim, como o objetivo deste trabalho centra-se em investigar as principais características das UCs encontradas nos artigos de opinião, bem como descrever algumas das estruturas retóricas mais utilizadas para a construção dos textos, optou-se por adotar a nomenclatura gênero textual. Essa escolha se justifica, principalmente, pelo fato de que a análise aqui proposta é subsidiada pela RST e enfoca as relações de coerência, as quais emergem na materialidade dos textos. Segundo Decat (2002, p. 150), nota-se, há algum tempo, uma tendência nos trabalhos que contemplam a interface Funcionalismo/Linguística Textual a “considerar-se o gênero textual como determinante das estruturas linguísticas materializadas num texto”.

Além disso, conforme Menegassi (2017),

Numa prova de Redação de Concurso Vestibular, aplica-se a avaliação de gêneros textuais, mas não de gêneros discursivos. Os gêneros discursivos são marcadamente produzidos em situações sociais definidas como naturais em seus processos enunciativos (MENEGASSI, 2017, p. 24).

Desse modo, pode-se dizer que um artigo de opinião produzido em contexto de vestibular não possui o mesmo efeito do que aquele produzido em um jornal ou revista. Isso porque está em uma situação sociocomunicativa diferente e tem como objetivo específico o ensino e a avaliação formal. Portanto, o uso do termo gênero textual é considerado mais adequado.

Outra questão para a qual Marcuschi (2002) chama atenção é a importância de distinguir os gêneros textuais dos tipos textuais. Conforme o autor, os tipos textuais apresentam as sequências linguísticas, como os aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais e relações lógicas. Os gêneros textuais, em contrapartida, são definidos como “artefatos culturais construídos historicamente pelo ser humano” (p. 30) e possuem um caráter altamente mutável, que acompanha as mudanças vivenciadas pela sociedade. Para explicitar melhor essa diferença, ele apresenta o seguinte quadro:

Quadro 3: Distinção entre tipos e gêneros textuais

TIPOS TEXTUAIS	GÊNEROS TEXTUAIS
Constructos teóricos definidos por propriedades linguísticas intrínsecas;	Realizações linguísticas concretas definidas por propriedades sócio-comunicativas;
Constituem sequências linguísticas ou sequências de enunciados e não são textos empíricos;	Constituem textos empiricamente realizados cumprindo funções em situações comunicativas;
Sua nomeação abrange um conjunto limitado de categorias teóricas determinadas por aspectos lexicais, sintáticos, relações lógicas, tempo verbal;	Sua nomeação abrange um conjunto aberto e praticamente ilimitado de designações concretas determinadas pelo canal, estilo, conteúdo, composição e função;
Designações teóricas dos tipos: narração, argumentação, descrição, injunção e exposição.	Exemplos de gêneros: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, aula expositiva, reunião de condomínio, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversa espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo virtual, aulas virtuais etc.

Fonte: Marcuschi (2002).

Com base no quadro supramencionado, nota-se que a noção de tipo textual pode ser estabelecida a partir da predominância de certos traços linguísticos. Assim, tais tipos textuais são reconhecidos por um grupo de aspectos que formam uma determinada sequência, não um texto em sua totalidade, além disso, abrangem um conjunto restrito com apenas cinco categorias. Os gêneros textuais, embora sejam atividades linguísticas, não podem ser definidos com base nessa única característica. Eles são, conforme Marcuschi (2002), “fenômenos sócio-históricos” utilizados para atingir objetivos específicos em contextos sociais. Ainda, são preenchidos por sequências tipológicas bastante heterogêneas e, diferentemente dos tipos textuais, compreendem um conjunto ilimitado.

Além de explicar esses dois conceitos, Marcuschi (2002) também evoca a noção de domínio discursivo, a qual julga igualmente importante. Segundo ele, um domínio não é um texto nem um discurso, é uma expressão utilizada para denominar uma esfera da atividade humana a qual propicia o surgimento de discursos específicos. Dentro de tais domínios, ocorrem diversas práticas discursivas concretizadas por gêneros textuais que lhes são particulares. Para ilustrar essa definição, o autor usa como exemplo os gêneros jaculatórias, novenas e ladainhas, que são exclusivamente pertencentes ao domínio religioso.

2.3.1 O gênero artigo de opinião em contextos reais

Uma vez que este trabalho tem como objeto de estudo produções textuais, mais especificamente artigos de opinião escritos por candidatos que visavam ingressar na Universidade Estadual de Maringá (UEM) no ano de 2018, faz-se necessário compreender tal gênero tanto em seus contextos reais de uso quanto no contexto do vestibular.

Bräkling (2000) assevera que um traço essencial para a escrita de um artigo de opinião é a presença de uma questão polêmica acerca de um tema específico capaz de gerar debates em certos círculos sociais. Ainda, segundo a autora, a finalidade do gênero vai além da exposição de um posicionamento, pois engloba também a persuasão do leitor para que aceite determinada ideia, com vistas de “influenciá-lo, transformar os seus valores por meio de um processo de argumentação a favor de uma determinada

posição assumida pelo produtor e de refutação de possíveis opiniões divergentes” (p. 226).

Para tanto, é necessário que esse autor desenvolva uma certa empatia com o interlocutor a ponto de se colocar em seu lugar e antecipar seus possíveis pensamentos. Em consonância com Bräkling (2000), Uber (2008) afirma que o gênero artigo de opinião pertence à ordem do argumentar em razão de algumas de suas características, como a discussão de temas sociais controversos e a tentativa de explicitar um ponto de vista a partir da sustentação de uma ideia.

Acerca da circulação do gênero, Barbosa e Ohuschi (2011) afirmam que o artigo de opinião pertence à esfera jornalística e pode ser publicado em jornais, revistas impressas ou em meio eletrônico, com periódicos semanais ou mensais. Conforme Boff, Köche e Marinello (2009), geralmente está situado em uma seção específica e ocupa um espaço físico limitado, de meia a uma página completa a depender do veículo. Para Rodrigues (2005), este gênero destina-se a um público homogêneo que configura uma pequena parcela da sociedade, a classe mais elitizada. Isso porque em jornais e revistas direcionados às classes populares o artigo de opinião não está presente. Uber (2008), por sua vez, advoga que os potenciais leitores desse gênero são pessoas interessadas em se informar sobre os acontecimentos ao seu redor e que se importam com assuntos polêmicos, uma vez que eles também influenciam sua visão de mundo.

No que diz respeito ao estilo, isto é, as marcas linguísticas e discursivas que compõem o artigo de opinião, Boff, Köche e Marinello (2009) declaram que não há normas rígidas sobre como o texto deve ser escrito. Para eles, como os gêneros são produzidos em situações de interação com um ou mais interlocutores, é preciso, primeiramente, avaliar qual público se deseja atingir. Dessa maneira, o locutor possui liberdade para optar por uma linguagem comum ou mais rebuscada.

A primeira emprega um conjunto de palavras, expressões e construções mais usuais, com uma sintaxe acessível ao leitor comum. A segunda vale-se de um vocabulário mais preciso e raro, com uma sintaxe mais elaborada que a comum (BOFF; KÖCHE; MARINELLO, 2009, p. 4).

Uber (2008) assinala que cada articulista visa preservar um estilo particular ao redigir seus textos, entretanto, é possível identificar algumas características mais recorrentes. Os modalizadores, por exemplo, são bastante utilizados para indicar as intenções, sentimentos e atitudes do produtor acerca do tema a ser discutido. Entre eles,

estão as formas verbais, como “acredita-se”, “podemos”, “desejamos”; orações subordinadas substantivas “tenho certeza de que...”, “é lamentável que...”; e advérbios, como “realmente” e “felizmente”.

Bräkling (2000) também destaca como frequente o uso de operadores argumentativos, “mas”, “contudo”, “além disso”, a fim de manter a coesão textual; o emprego do presente do indicativo ou subjuntivo para apresentar a questão, os argumentos e contra-argumentos; e o uso do pretérito quando se pretende explicar ou apresentar dados. A respeito da organização do discurso, Zanini (2017) informa que podem ser utilizadas tanto a terceira quanto a primeira pessoa do plural. Além disso, observa-se a presença de citações de outros autores, quase sempre especialistas no tema debatido. Tais citações podem vir marcadas por aspas ou na forma de discurso indireto e são utilizadas pelos articulistas com o intuito de trazer credibilidade aos argumentos apresentados.

No que tange à estrutura composicional do artigo de opinião, não há um consenso entre os autores sobre como, de fato, esta deve ser. Para alguns, como é o caso de Rodrigues (2005), não se deve estabelecer um molde para a escrita do gênero, uma vez que sua escrita se dá de modo variado, conforme os propósitos comunicativos que o autor deseja atingir. Assim, segundo a pesquisadora, é a análise das condições de produção que fará que o articulista constate quais as estruturas mais ou menos prototípicas. Em contrapartida, outros estudiosos entendem que explicitar os elementos estruturantes do gênero não é uma forma de engessá-lo, mas, sim, de estudar suas características tanto em contextos escolares quanto em situações reais, facilitando, pois, a sua compreensão.

Dessa maneira, Uber (2008) elenca algumas das características principais a serem consideradas no momento da produção de um artigo de opinião em um contexto jornalístico:

1. Contextualização e/ou apresentação da questão que está sendo discutida;
2. Explicitação do posicionamento assumido;
3. Utilização de argumentos para sustentar a posição assumida;
4. Consideração de posição contrária e antecipação de possíveis argumentos contrários à posição assumida;
5. Utilização de argumentos que refutam a posição contrária;

6. Retomada da posição assumida;
7. Possibilidades de negociação;
8. Conclusão (ênfase ou retomada da tese ou posicionamento defendido).

Conforme Hack e Santos (2009), os artigos de opinião contêm o posicionamento dos articulistas que os escrevem e não propriamente dos jornais, sites, revistas ou meios em que são publicados. Para os autores, tais textos podem diferir em sua superestrutura, mas, em geral, possuem um padrão argumentativo que é iniciado com a explicitação do tema e que segue com a tomada de posição para a formulação da tese. Posteriormente, são apresentados diversos argumentos a fim de justificar a tese e, como conclusão, reafirma-se a posição adotada no início do texto.

Boff, Köche e Marinello (2009), por sua vez, definem a estrutura do artigo de opinião em apenas três elementos:

a) *situação-problema*: nessa parte, o autor insere a questão que será debatida, a fim de explicitar ao seu leitor sobre o que será apresentado nas demais partes do texto. Além disso, visa-se contextualizar o assunto que será tratado mediante afirmações gerais e/ou específicas. O autor, nessa parte de sua produção, também pode destacar o objetivo de sua argumentação que virá a seguir, bem como a importância de se discutir o tema em questão;

b) *discussão*: nessa parte do texto, são expostos os argumentos e é construída a opinião do autor sobre a questão analisada. Para tanto, geralmente, o autor se utiliza de fatos concretos, dados e exemplos para, de fato, convencer seu interlocutor de que seu ponto de vista é o mais adequado. Além disso, há possibilidade de se encontrar sequências narrativas, descritivas, explicativas e entre outras;

c) *solução-avaliação*: por fim, o autor explicita a sua resposta à questão apresentada e pode reafirmar sua posição assumida ou redigir uma apreciação do assunto abordado. Não é adequado um simples resumo ou mera paráfrase das afirmações anteriores.

Zanini (2017) propõe uma estrutura um pouco diferente, a qual abrange os seguintes itens:

a) *Título*, organizado como uma manchete, metafórica ou denotativa, mas sempre procurando destacar o objetivo do autor face ao fato a ser evidenciado;

b) *Introdução* ou *lead*, que tem a função de introduzir o assunto/tema a ser discutido na expansão do texto;

c) *Expansão*, desenvolvimento em que se imbricam o ponto de vista, descrição, argumentos e provas, em busca da credibilidade do leitor;

d) *Conclusão*, que visa o fechamento das ideias compostas pelo ponto de vista, argumentos e provas, com vistas a deixar clara a opinião;

e) *Assinatura* do autor ou dos autores, visto que, mesmo sendo teoricamente individualizada a opinião, o artigo pode ser escrito por mais de um articulista, que contribui com dados convergentes, tendo em vista a participação de ambos no cenário dos acontecimentos.

Assim sendo, nota-se que o gênero artigo de opinião é um modelo instável, que pode ser descrito de diferentes formas e que, de acordo com Zanini (2017), organiza-se em torno de um objetivo principal: o de manifestar um juízo de valor de acordo com o ponto de vista de quem o escreve.

2.3.2 O gênero no contexto do vestibular

Antes mesmo de discutir como o gênero é abordado no vestibular, faz-se necessário retomar de forma breve qual foi o ponto de partida para que chegasse, primeiramente, às salas de aula. Dentro desse contexto, pode-se afirmar que o surgimento dos PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais de língua portuguesa e línguas estrangeiras -, na década de 1990, foi um fator crucial para que as pesquisas e debates sobre um novo objeto de estudo se expandisse no campo da Linguística Aplicada. Isso porque tais registros mencionavam de forma explícita o termo “gêneros” e, conseqüentemente, a necessidade de inseri-los no ensino de língua materna considerando suas características para a leitura e produção textual (ROJO, 2005).

Com as novas diretrizes assinaladas pelos PCNs e mantidas por outros documentos oficiais, como as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM) e a Base Curricular Nacional Comum Curricular (BNCC), os docentes e autores de livros didáticos tiveram que modificar suas abordagens metodológicas deixando, pois, de contemplar os textos apenas no âmbito da forma e da função. A partir desse momento, alterou-se também o modo de percepção da linguagem, a qual passou a ser concebida

como forma de interação social. O aluno, agora, ocupa o posto de interlocutor e seu conhecimento de mundo se torna um elemento importante para a construção de novos saberes. Consequentemente, conforme Schneuwly e Dolz (1997), o foco do ensino de língua portuguesa se modifica, e os gêneros funcionam como uma espécie de ferramenta para que a competência linguística se desenvolva e o aprendizado seja posto em prática nas mais diversas situações sociais.

Assim, com intuito de dialogar com o que estabelecem os documentos oficiais, algumas instituições de ensino superior, como UFRGS, UEM, Unicamp e UEPG já adotaram os gêneros textuais nas provas de redação do vestibular. De acordo com Franco de Oliveira e Zanutto (2017), outro motivo bastante plausível para a mudança nos processos seletivos é o fato de que os gêneros oferecem aos alunos a possibilidade de se posicionarem de forma crítica e explorarem um repertório linguístico variado.

Vale ressaltar, contudo, que, uma vez retirados de seus contextos reais de circulação e levados para a sala de aula ou para o vestibular, os gêneros sofrem, impreterivelmente, mudanças em suas características. A função comunicativa inicial se modifica em razão da escolarização e o trabalho é, então, mais norteado pela estrutura, por esta ser uma dimensão mais fácil de ser ensinada (HILA; LUCCA; VINHA, 2017). Além disso, conforme Ramos, Bicudo e Raimo (2019), ao escrever uma redação de vestibular, o candidato é exposto a uma situação de produção artificial em que não ocupa, de fato, a posição de jornalista/especialista no tema, mas deve, em um jogo de “faz de contas”, marcar uma posição social legitimada.

A fim de melhor explicitar as diferenças entre o gênero em sua circulação real e no contexto do vestibular, os autores elaboraram o quadro abaixo.

Quadro 4: Contexto de produção do artigo de opinião no vestibular e na esfera jornalística.

CATEGORIAS	CONTEXTO DE PRODUÇÃO	
	VESTIBULAR	CIRCULAÇÃO SOCIAL
Posição social do autor	Candidato	Jornalista ou especialista na área
Interlocutor	Banca de professores	Leitores em geral
Suporte material	15 linhas da folha de prova	Jornais e revistas (impresso ou online)
Esfera da comunicação	Escolar/acadêmica	Jornalística
Finalidade/intuito	Ser aprovado no vestibular	Expor seu ponto de vista

Fonte: Ramos, Bicudo e Raimo (2019).

Outro ponto que exerce grande influência para que as características do gênero se modifiquem são os interlocutores. Segundo Menegassi (2010), existem, na verdade, três tipos de interlocutor: o real, o superior e o virtual. O primeiro é aquele que possui uma imagem física presente no processo de produção. Como exemplo, o autor cita o próprio professor, o qual atua como interlocutor real nos casos de situação escolar, pois é o indivíduo com quem o aluno lida diretamente, o coprodutor do texto. O superior, por sua vez, refere-se a “um representante oficial responsável por constituir padrões e regras que são respeitados no meio social em que o produtor do texto convive” (MENEGASSI, 2010, p. 83). Pensando no contexto do vestibular, o interlocutor superior seria a própria instituição de ensino, que é a responsável pela definição dos padrões de escrita contemplados pela prova.

Por último, o interlocutor virtual é aquele cuja imagem é construída e idealizada pelo candidato. Nas palavras de Menegassi (2010),

em um contexto de Concurso Vestibular, o interlocutor virtual do aluno é a banca examinadora, que é responsável por ler o que foi produzido e atribuir um conceito à avaliação. Desse modo, o aluno escreve um texto para alguém virtual que não conhece, mas tem consciência de que esse interlocutor já traçou algumas regras de produção que devem ser seguidas para que se tenha um bom texto (MENEGASSI, 2010, p. 83).

Desse modo, entende-se que o interlocutor virtual pode influenciar diretamente na escrita do aluno, mesmo que não possua uma presença física. Isso ocorre porque o candidato visa “agradar” ao leitor, fato que pode gerar prejuízos em aspectos ligados às condições de produção.

Tendo essas questões em vista, o Vestibular da Universidade Estadual de Maringá (UEM), processo seletivo em que foram produzidas as redações analisadas neste trabalho, esclarece, em seu Manual do Candidato (2019), que, para a avaliação das Redações são considerados os seguintes aspectos: atendimento às diretrizes do comando; compreensão e interpretação de dados e de fatos que compõem o(s) texto(s) de apoio; capacidade de produzir o gênero textual solicitado, obedecendo à modalidade culta da língua escrita; apresentação de ideias, em função da estrutura organizacional do gênero textual solicitado; e estabelecimento de relações entre ideias na organização textual. Ademais, os critérios para a correção já são previamente estabelecidos, dividindo-se em conteúdo e forma. Ainda, a UEM pode solicitar—que o candidato produza qualquer um dos seguintes gêneros: artigo de opinião, carta aberta, carta de solicitação, carta do leitor, relato ou resposta argumentativa.

3 METODOLOGIA

Este capítulo tem por objetivo descrever os procedimentos adotados para a realização da pesquisa. Primeiramente, serão abordados os aspectos relacionados ao *corpus* e, em seguida, o método utilizado para a delimitação das UCs e elaboração dos diagramas.

3.1 O *Corpus*

O *corpus* desta pesquisa é constituído de 100 redações elaboradas por candidatos no Vestibular de Inverno da UEM no ano de 2018. Solicitou-se à Comissão de Vestibular Unificado (CVU) da UEM a cessão de 200 redações sem que fossem explicitados quaisquer critérios para a seleção dos textos. Isso porque o intuito deste trabalho é investigar as mais diversas estruturas do gênero textual, não apenas descrever um único padrão. Das 200 redações cedidas, foram selecionadas 100 para a análise, devido ao tempo hábil disponível para a produção deste trabalho.

Com o intuito de fornecer subsídios aos candidatos, a proposta de redação trouxe dois textos de apoio, um contexto específico de produção e o comando propriamente dito. A seguir, pode-se visualizar a prova na íntegra.

REDAÇÃO

INSTRUÇÕES

1. Verifique se as folhas da Versão Definitiva da Redação apresentam problemas de impressão gráfica. Caso isso ocorra, informe ao fiscal da sala.
2. A nota integral da redação (120 pontos) corresponde à soma do valor máximo dos dois gêneros textuais solicitados. Assim, para poder alcançar essa nota você deve, obrigatoriamente, elaborar os dois gêneros solicitados.
3. Cada gênero textual traz (no comando) orientações específicas, que devem ser observadas para a elaboração de sua redação.
4. Elabore as redações com letra legível e sem rasuras nas folhas da VERSÃO DEFINITIVA, utilizando caneta esferográfica com tinta azul-escura. Caso alguma palavra necessite de correção, não a risque, nem a coloque entre parênteses. Nesse caso, utilize, entre vírgulas, a expressão **digo ou ou melhor** e, em seguida, registre a forma correta.
5. **ATENÇÃO:** não rabisque nem faça anotações sobre o código de barras. Mantenha-o “limpo” para leitura óptica eficiente e segura.
6. Terá nota **ZERO**, em qualquer um dos gêneros textuais, o candidato que
 - A) não produzir o gênero textual solicitado;
 - B) fugir à temática proposta pelo(s) texto(s) oferecido(s) como estímulo e apoio à produção escrita;
 - C) apresentar desestruturação do gênero textual, caracterizada por mistura de gêneros, demonstrando imprecisão ou desconhecimento de sua organização;
 - D) apresentar alguma marca de identificação: número de inscrição, nome do candidato (completo ou parcial), letra(s) inicial(is) de nome e/ou de sobrenome, qualquer forma de assinatura, códigos ou quaisquer palavras ou marcas (inclusive as de corretivo líquido e caneta marca texto) que permitam identificação do candidato. Quando não solicitado pelo comando, o emprego de nome e/ou de sobrenome fictício(s) – inclusive sigla ou abreviatura – equivale à marca identificadora e acarreta nota zero;
 - E) desenvolver o texto com letra ilegível, em forma de desenho, com códigos alheios à língua portuguesa escrita, com espaçamento excessivo entre letras, palavras, linhas, parágrafos e margens, com menos linhas do que o solicitado no comando, e/ou apresentar falhas no desempenho linguístico em diversos níveis;
 - F) escrever a Versão Definitiva a lápis ou utilizar caneta com tinta em cor diferente de azul-escura;
 - G) não apresentar seu texto na folha Versão Definitiva ou entregá-la em branco.

TEXTO 1

Amizade que termina por causa de política era amizade mesmo?

O ditado “política não se discute” deve ser um dos principais responsáveis por a gente estar tão próximo do centro da Terra quando o assunto é buraco. Talvez o problema seja o que a gente acabou chamando de “discutir política”.

Se a primeira imagem que vem à sua cabeça enquanto lê isso é baixaria entre pessoas de opiniões divergentes, talvez a solução seja discutir mais coisas fora a prisão do Lula ou a impunidade de Aécio Neves com as pessoas próximas. E vai ser fácil, porque, desde quando nos organizamos em sociedades e desenhamos de andar por aí caçando a própria comida, todos os nossos gestos acabam sendo gestos políticos.

Quando você escolhe ir para o trabalho de carro, bicicleta ou transporte público, não importando a sua preferência, está fazendo um gesto político. Quando decide o nome do seu filho, o time de futebol, a cor da parede da casa, o canal onde vai assistir ao telejornal ou o tipo de comida que vai comprar, você está incansavelmente mexendo com política.

Já aconteceu com todo mundo: seu amigo manifesta uma opinião sobre partidos ou políticas públicas na Internet, e você entra em uma espiral de choque, decepção, repugnância e tristeza por pensar exatamente o oposto do que ele com tanta paixão. Sabe por quê? Você não está sabendo observar e escutar esse amigo. Todos os dias, ele te dá pistas concretas de que ele é tudo isso aí que você leu no Face dele mesmo.

Talvez você não tenha reparado antes nos tipos de piadas que ele prefere, na forma como ele lida com a família, na religião ou no ateísmo dele, mas estava lá o tempo todo. Em uma situação assim, ninguém foi enganado. Só faltou conversa. Falta o tempo todo.

Discutir política não é falar sobre o seu candidato a cada dois anos, quando convocam eleições. Discutir política é perguntar para o seu camarada por que ele escolheu a vida que escolheu, como se cercou das pessoas que se cercou, [...] por que ele acha que o seu corte de cabelo ficou uma merda [...]. Conte você, melhor, sobre suas escolhas também.

Com base nas respostas, você pode acabar se surpreendendo a respeito da quantidade de amizades que deseja realmente manter. Sendo otimista, também pode acabar encontrando outras onde achava que não existiam. O fato é que suas amizades também são gestos políticos — e você pode acabar se dando conta disso em momentos inoportunos. Faz parte.

[...]

Texto adaptado de SAHD, L. Disponível em: <<https://luizasahd.blogosfera.uol.com.br/2018/04/10/amizade-que-termina-por-cao-da-politica-era-amizade-mesmo/>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

TEXTO 2

Amigo

(Roberto Carlos)

Você, meu amigo de fé, meu irmão camarada
Amigo de tantos caminhos e tantas jornadas
[...]
As vezes em certos momentos difíceis da vida
Em que precisamos de alguém pra ajudar na saída
A sua palavra de força, de fé e de carinho
Me dá a certeza de que eu nunca estive sozinho
[...]
Você que me diz as verdades com frases abertas
Amigo, você é o mais certo das horas incertas
[...]
Não preciso nem dizer tudo isso que eu lhe digo,
Mas é muito bom saber que eu tenho um grande amigo.

Excerto da letra disponível em: <<https://www.letrasdemusica.fm/>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

GÊNERO TEXTUAL 2 – ARTIGO DE OPINIÃO

Contexto de Produção: Você é estudante de graduação e, ao participar de um concurso de redação, promovido por um jornal, aberto a todos os alunos de primeiro ano da Universidade, escolhe tratar do assunto “amizade”, motivado pela leitura que fez dos textos “Amizade que termina por causa de política era amizade mesmo?” (Texto 1) e “Amigo” (Texto 2).

Comando de Produção: Considerando o contexto de produção acima apresentado, escreva um ARTIGO DE OPINIÃO sobre a manutenção (ou não) da amizade quando antigos/as amigos/as, que tomaram diferentes rumos na vida, assumem gestos políticos opostos diante de questões da sociedade. Seu ponto de vista deve ser sustentado por, no mínimo, dois argumentos. Seu artigo deve ter o mínimo de 10 e o máximo de 15 linhas. Caso haja necessidade, identifique-se APENAS como “Universitário” ou “Universitária”.

5

10

15

RASCUNHO

GABARITO 1

UEM/CVU
Vestibular de Inverno 2018 – Prova 2

3

3.2 Procedimentos de análise

Depois de coletadas, as redações foram digitadas pela pesquisadora. Em seguida, três integrantes do grupo de pesquisa Funcpar³, os quais já possuíam conhecimento prévio acerca dos fundamentos teóricos da RST, foram convidados a participar deste estudo. Solicitou-se, então, que individualmente identificassem a UC de cada um dos 100 textos que integraram o *corpus* sem que tivessem acesso aos resultados dos outros.

Posteriormente, a superanotadora (HOVY, 2010), que é a responsável por este trabalho, averiguou as UCs determinadas pelos outros anotadores. A partir dos dados levantados, realizou-se o cálculo das taxas de concordância e discrepância. Este é um passo fundamental para a pesquisa, pois, conforme Iruskieta et al. (2015), um acordo em relação à UC leva, conseqüentemente, a um acordo maior sobre as relações retóricas.

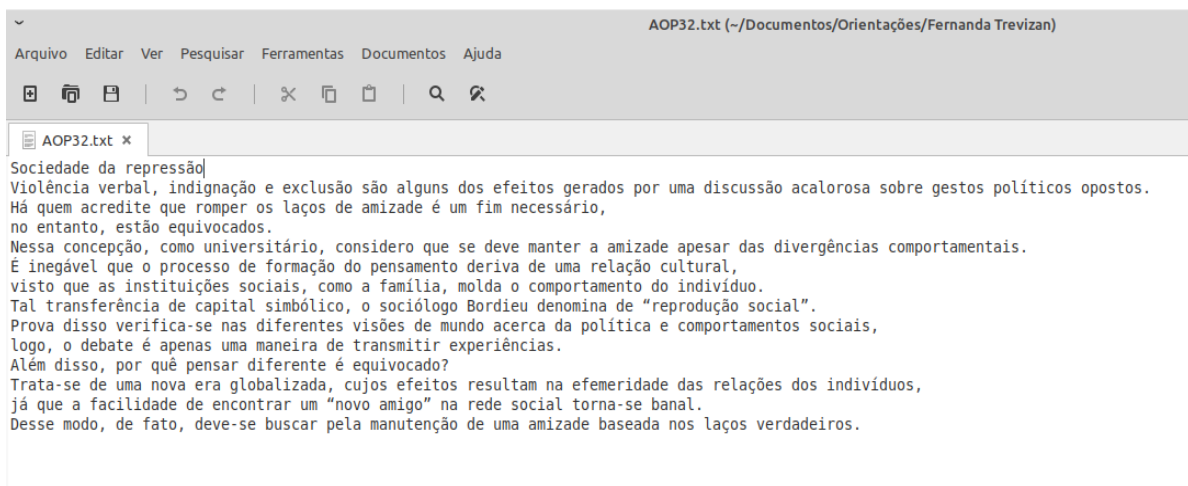
³ Grupo de pesquisas funcionalistas do Norte/Noroeste do Paraná (UEM/Cnpq).

Nos casos em que houve discordância entre os participantes, ficou a cargo da superanotadora validar o resultado, escolhendo uma das UCs e descartando as outras possibilidades.

Investigaram-se também os critérios utilizados para a detecção das UCs. À luz de pesquisas anteriores, como as de Antonio (2015), foi possível estabelecer os principais aspectos que auxiliaram os anotadores nesta tarefa. Assim, analisou-se a posição relativa das UCs nos textos do *corpus*, bem como a frequência de alguns substantivos, adjetivos e verbos específicos.

Por fim, analisaram-se as relações retóricas presentes nas redações dos candidatos. Para tanto, utilizou-se o programa *RSTWeb* (ZELDES; ALMIR, 2016) a fim de que fossem elaborados diagramas. Primeiramente, é necessário converter o texto analisado para o formato txt e segmentá-lo em EDUs (Unidades Elementares do Discurso) (CARLSON; MARCU, 2001). Essas EDUs abrangem dois diferentes grupos de cláusulas, as paratáticas e as hipotáticas. A Figura 5 ilustra como a segmentação foi realizada:

Figura 5: Texto segmentado em EDUs.

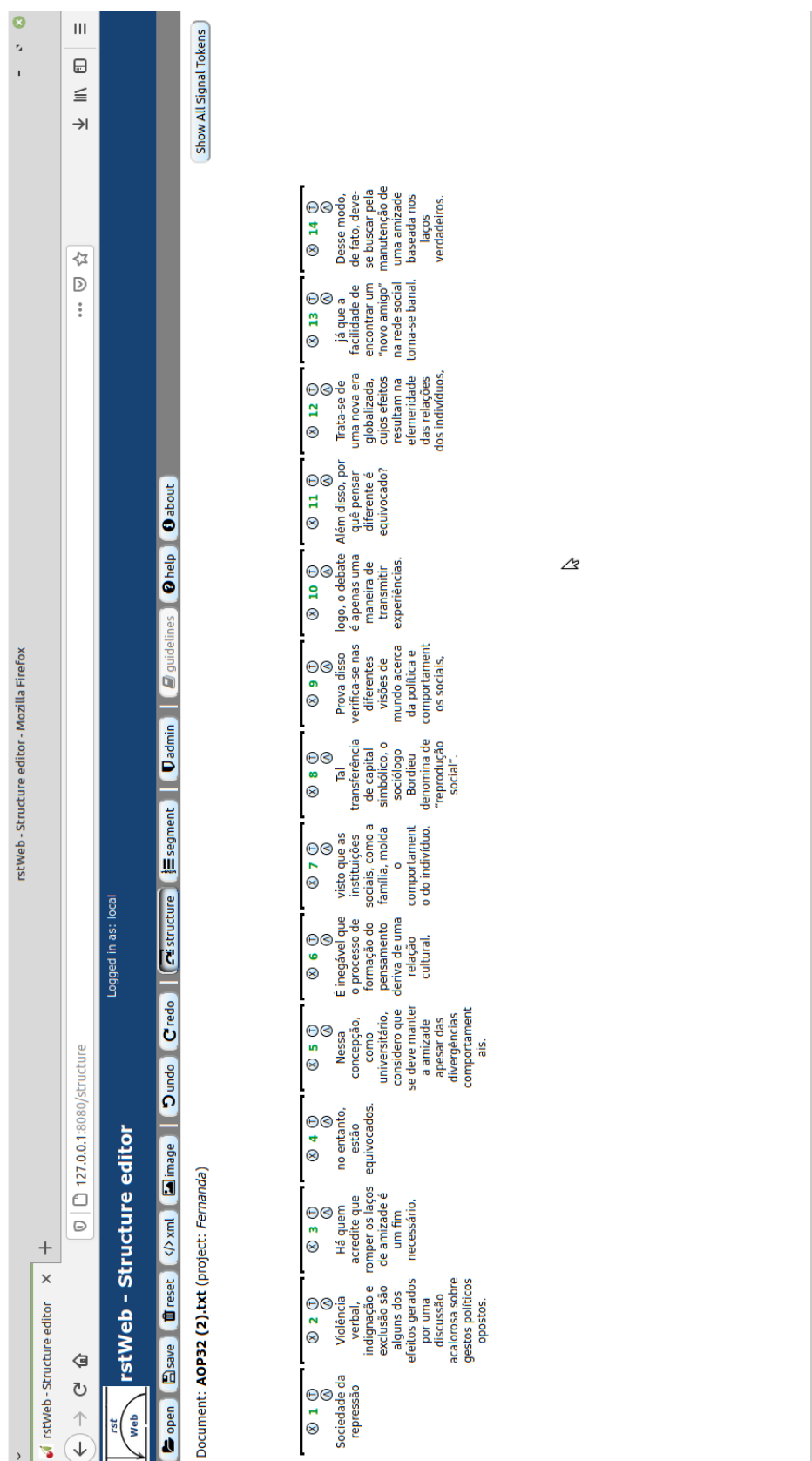


Fonte: A autora.

Em seguida, importa-se o texto para a interface do programa, conforme a Figura

6.

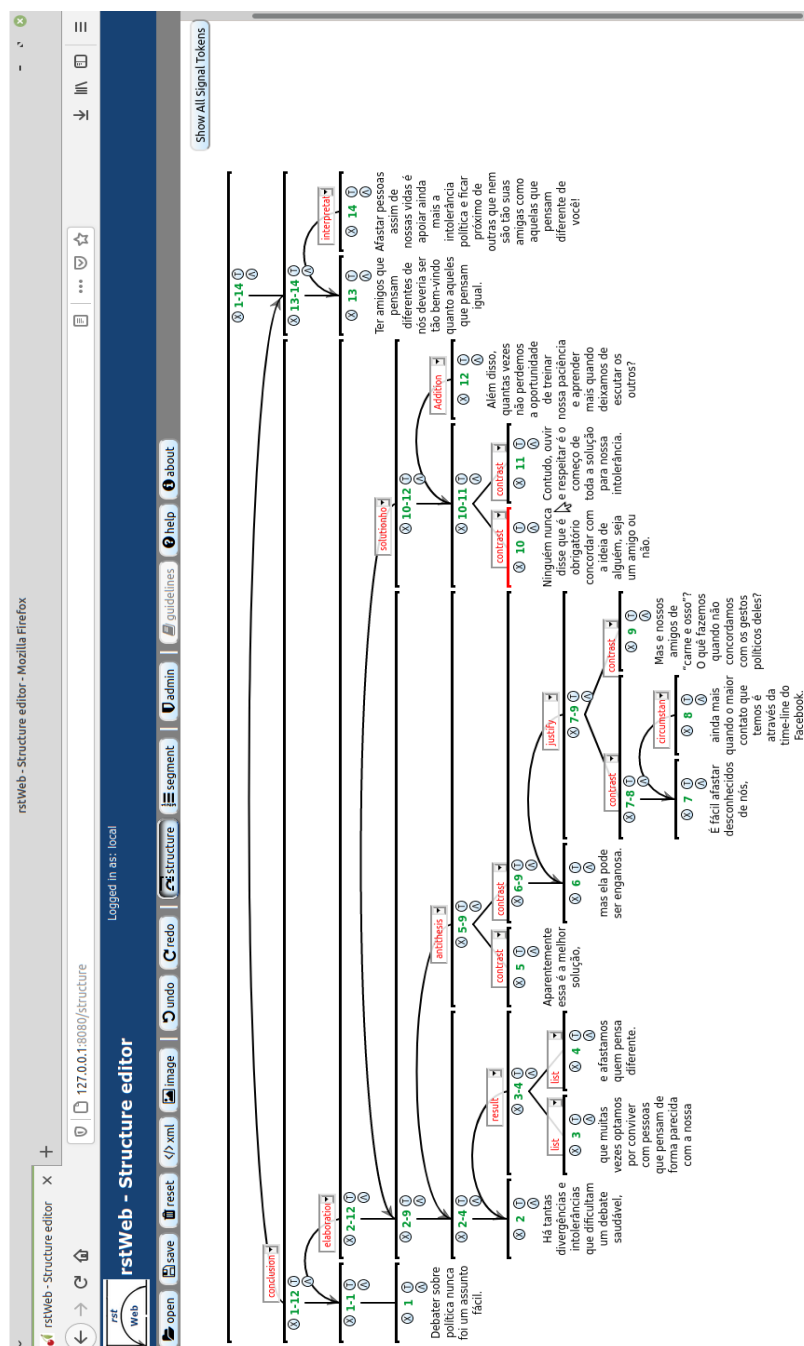
Figura 6: Interface de importação do texto para posterior criação do diagrama.



Fonte: A autora.

As porções de texto que estabelecem relações retóricas são, então, ligadas e posteriormente rotuladas, como explicitado na Figura 7. Salienta-se que o trabalho de identificação e análise das relações é realizado integralmente pela pesquisadora, de modo que o software é responsável apenas por gerar uma representação gráfica da estrutura.

Figura 7: Interface do programa para a criação do diagrama da estrutura retórica



Fonte: A autora.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo é dedicado à análise dos dados do *corpus* de pesquisa. Para tanto, optou-se por dividi-lo em três seções, a saber: a primeira, cujo intuito é demonstrar a frequência de concordância entre os anotadores na identificação da UC e quais hipóteses os levaram a discordar em determinadas situações; a segunda, em que se explicita em qual parte dos textos a UC aparece com mais frequência e quais os critérios estabelecidos para identificá-la; e, por fim, a terceira seção destina-se a descrever algumas das relações retóricas encontradas nas redações do *corpus*.

4.1 Frequência de concordância entre os anotadores para a definição da UC

Um dos primeiros passos para entender como, de fato, os candidatos construíram sua argumentação é por meio da identificação da UC. Assim, solicitou-se que três anotadores analisassem as redações do *corpus* e destacassem o fragmento que consideravam ser a UC.

Com base nessas análises, foi possível realizar um levantamento acerca do percentual de concordância entre os anotadores, o qual está demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 1: Frequência de concordância entre os anotadores na identificação da UC

Anotadores	N	%
01-02	33/100	33%
01-03	56/100	56%
02-03	32/100	32%
01-02-03	18/100	18%

Fonte: A autora.

Conforme os dados da Tabela 1, houve um total de 18% de concordância entre os três anotadores. Entre os anotadores 01 e 02, o nível de concordância foi de 33%, já entre os anotadores 01 e 03 houve o maior índice total de concordância, 56%. Por

último, observou-se que os anotadores 02 e 03 marcaram as mesmas UCs em apenas 32% das redações.

Com o objetivo de tentar entender o alto número de discordâncias, foram formuladas algumas hipóteses. Acredita-se que um dos fatores que pode ter levado os anotadores a marcarem UCs diferentes é que, em pelo menos 25 redações, os candidatos se posicionaram em duas partes diferentes do texto.

No exemplo abaixo, retirado do *corpus*, nota-se que houve uma discrepância entre os anotadores ao selecionarem a UC. Os anotadores 01 e 02 marcaram como central a porção destacada em negrito, ao passo que o anotador 03 destacou a porção em itálico.

Amizade e/ou Política

Amizade, de longos anos, que se desfazem pelo motivo banal de gestos políticos opostos diante de questões da sociedade era interesse. **A amizade verdadeira deve se manter até o final da vida independentemente das posições política de cada indivíduo.**

As amizades interesseiras são aquelas que na primeira discussão política se desmonta e quando um dos indivíduos precisam de um favor, ajuda tenta estabelecer esse vínculo com o “amigo” para obter as vantagens que gostaria e tirar proveito do possível.

As amizades verdadeiras são aquelas que não tem relevância seus gestos políticos, ou qualquer outra coisa desse tipo. O importante é simplesmente o afeto que os amigos tem um para com outro e o companheirismo que com somente isso as pessoas se ajudam sem querer um favor ou algo em troca.

Portanto, *deve haver uma manutenção da amizade depois da divergência política diante de questões da sociedade* que ocasionou uma discussão entre os integrantes para que ocorra um entendimento entre as partes e a amizade se mantenha como uma amizade verdadeira. (grifos nossos)

Observa-se que o primeiro trecho destacado como UC traz o posicionamento explícito do autor logo nas linhas iniciais do texto. Para ele, uma amizade verdadeira deve ser mantida independentemente das escolhas políticas de cada um. Tal posicionamento é sustentado por argumentos que são desenvolvidos nos dois parágrafos seguintes. A segunda porção destacada como UC, por sua vez, é apresentada no último parágrafo. Esse trecho mais parece uma forma que o autor encontrou de reiterar sua opinião e dar um fechamento à redação.

Nesse contexto, ficou a critério da superanotadora a validação de uma das análises. Assim, ela optou por considerar como UC a porção destacada pelos anotadores

01 e 02. Essa escolha se justifica, primeiramente, pelo fato de o posicionamento aparecer depois da contextualização da questão a ser discutida, assim como propõe o modelo de Uber (2008). Além disso, a opinião apresentada pelo autor aparece de forma muito mais enfática no primeiro parágrafo como pode-se notar no seguinte exemplo: “A amizade verdadeira deve se manter **até o final da vida**”.

Outro fator que pode ter contribuído para a discrepância entre os anotadores é o fato de que, em 6 das redações, os candidatos não se posicionaram de forma clara. Abaixo, em outro exemplo retirado do *corpus*, os anotadores 01 e 03 marcaram como central a porção destacada em negrito. Já o anotador 02 elegeu como central a porção em itálico.

Os pilares de sua formação

Há quem pense que duas ideias divergentes não possam se misturar e que sempre existe apenas uma alternativa correta, seja no ramo da política, religião e nas crenças. Mas a verdade é que, quem somos hoje poderá vir ser diferente amanhã, e isso acontece pois sempre estamos em contato com novas culturas e cultivando novas amizades.

É sempre importante analisar a vibe das pessoas que nos cercam e saber que opiniões divergentes é normal, e é válido entender a parte do outro, porém **quando os rumos tomados e as ideologias são muito diferentes é fundamental determinar o nível de amizade que irá manter com o indivíduo.**

Todos nós estamos em constante mudança, adotando novos valores e princípios, é normal de nossa natureza sermos influenciados só precisamos nos atentar a quem estamos dispostos a isso. (grifos nossos)

Ao realizar uma análise do texto, percebe-se que o autor não aborda de modo explícito se deve haver “a manutenção (ou não) da amizade quando antigos/as amigos/as, que tomaram diferentes rumos na vida, assumem gestos políticos opostos diante de questões da sociedade”. Na primeira porção destacada como UC, ele apenas afirma que “é fundamental determinar o nível de amizade que irá manter com o indivíduo”. Assim, não é possível dizer com exatidão se é a favor de que a amizade continue ou se acredita que ela deve existir apenas de modo superficial. Ao que parece, o candidato deixa a cargo do leitor a tomada de decisão em vez de ser mais incisivo em sua opinião.

No último parágrafo, ele aborda uma outra questão, isto é, a possibilidade de sermos influenciados por outras pessoas a adotarmos novos valores e princípios. Mais uma vez, o candidato deixa essa responsabilidade para o leitor. Em vez de se posicionar, ele faz o seguinte alerta: “só precisamos nos atentar a quem estamos dispostos a isso”.

Vale ressaltar que tal questão não é abordada pelo comando de produção. Dessa forma, a superanotadora validou como UC o trecho destacado pelos anotadores 01 e 03, uma vez que este está mais diretamente relacionado à temática da proposta.

Uma última hipótese que também pode ter levado à discordância entre os anotadores é o fato de que alguns dos candidatos responderam a uma pergunta presente no contexto de produção em vez de se atentarem ao que solicitava o comando de produção. Isso posto, deve-se considerar o contexto e o comando da prova respectivamente:

Contexto de Produção: Você é estudante de graduação e, ao participar de um concurso de redação, promovido por um jornal, aberto a todos os alunos de primeiro ano da Universidade, escolhe tratar do assunto “amizade”, motivado pela leitura que fez dos textos “Amizade que termina por causa de política era amizade mesmo?” (Texto 1) e “Amigo” (Texto 2).

Comando de Produção: Considerando o contexto de produção acima apresentado, escreva um ARTIGO DE OPINIÃO sobre a manutenção (ou não) da amizade quando antigos/as amigos/as, que tomaram diferentes rumos na vida, assumem gestos políticos opostos diante de questões da sociedade. Seu ponto de vista deve ser sustentado por, no mínimo, dois argumentos. Seu artigo deve ter o mínimo de 10 e o máximo de 15 linhas. Caso haja necessidade, identifique-se APENAS como “Universitário” ou “Universitária”.

Como já mencionado, o contexto de produção traz uma pergunta que é título de um dos textos motivadores, a saber: “Amizade que termina por causa de política era amizade mesmo?”. Assim, muitos candidatos não se atentaram ao fato que não tinham obrigação de responder a essa pergunta. Isso porque o objetivo dos textos motivadores é o de fornecer informações que auxiliem na reflexão do candidato e o situe acerca do tema proposto. Uma vez que o comando não apresentava uma pergunta específica, apenas pedia que fosse escrito um artigo de opinião sobre a manutenção (ou não) da amizade quando antigos amigos assumem gestos políticos opostos, entende-se que os candidatos buscaram se apegar a algo que lhes desse segurança a fim de não fugirem do tema.

O exemplo a seguir demonstra como a resposta ao contexto de produção e a falta de um posicionamento claro contribuíram para que houvesse uma discordância total entre os anotadores. Aqui, a porção destacada pelo anotador 01 foi colocada em *itálico*, a porção destacada pelo anotador 02 foi posta em **negrito** e a destacada pelo anotador 03 foi sublinhada.

Maringá, dia 23 de julho de 2018

Sou uma estudante de graduação e ao ler os textos do concurso de redação que retratam amizades em vários aspectos, **me fez refletir sobre o distanciamento de amigos por não compreenderem opiniões diferentes, e também por encontrar pessoas que se tornaram amigas por entenderem.**

Acredito que quando ocorre esse problema, no fundo não era amigo de verdade, já que, amigo é aquele que caminha junto em ate mesmo momentos difices, assim como diz a musica do Roberto Carlos.

É difícil também quando compartilhamos algo ou compartilhamos nas redes sociais e um amigos nos oprime por não concordar e ao debater o assunto leva a perda de amizade, ao invés de perguntar o porquê de pensar assim e colocar os pontos de vista sem causar magoa, comprovando assim a razão de não ser uma amizade verdadeira.

Dessa forma fica compreendido o porque de antigos amigos tomarem rumo diferentes por questões políticas. (grifos nossos)

Observa-se que, no trecho considerado UC pelo anotador 02, o candidato apenas introduz o tema, afirmando que refletiu sobre ele, sem, contudo, deixar evidente o seu posicionamento. No parágrafo seguinte, considerado UC pelo anotador 01, ele responde à pergunta do contexto de produção salientando que “quando ocorre esse problema (de antigos amigos se afastarem), no fundo não era amigo de verdade”. Entretanto, ainda não demonstra explicitamente a sua opinião. Vale ressaltar que o que está em jogo nesta proposta não é dizer se a amizade era verdadeira ou não, mas, sim, opinar se a amizade deve ser mantida mesmo quando as pessoas assumem gestos políticos opostos.

O anotador 03 marcou como central a última porção do texto. Essa é a parte em que o candidato elabora uma breve conclusão, utilizando algumas palavras-chave da proposta. Ainda assim, não há um posicionamento claro se ele acredita que as amizades devem ser mantidas diante dessas circunstâncias ou não. Em vez disso, o autor reforça que os argumentos elaborados anteriormente podem justificar o afastamento de antigos amigos.

Pode-se dizer então que, por conta da falta de objetividade do candidato e por sua tentativa de responder ao contexto de produção, não houve consenso entre os anotadores na identificação da UC. Novamente, coube à superanotadora validar uma das análises. Desse modo, por ser a porção que mais se aproxima de um posicionamento do autor, foi escolhido o trecho destacado pelo anotador 01.

4.2 Critérios utilizados para a identificação da UC

Pesquisas anteriores (IRUSKIETA; ILARRAZA; LERSUNDI, 2014; ANTONIO, 2015; ANTONIO et al., 2017; SANTOS, 2019) revelaram que alguns critérios desempenham um papel importante para a identificação das UCs. Um deles é a posição relativa em que a UC aparece nos textos do *corpus*. Para realizar a análise, optou-se por adotar o modelo de organização textual proposto Boff, Köche e Marinello (2009). Conforme as autoras, o gênero artigo de opinião divide-se em três elementos: situação-problema, discussão e solução-avaliação.

Quadro 5: Posição relativa da UC nos textos do corpus

Posição da UC	N
Situação-problema	29
Discussão	44
Solução-avaliação	27

Fonte: A autora.

De acordo com os dados apresentados no Quadro 5, a UC aparece, predominantemente, na parte de discussão, como observou-se em 44 redações. Em 29 redações, a UC foi localizada na situação-problema e, nas 27 redações restantes, situou-se na solução-avaliação. A seguir, os fragmentos destacados em negrito ilustram cada uma das diferentes posições em que a UC foi encontrada no *corpus*.

Na situação-problema:

Sociedade da repressão

Violência verbal, indignação e exclusão são alguns dos efeitos gerados por uma discussão acalorosa sobre gestos políticos opostos. Há quem acredite que romper os laços de amizade é um fim necessário, no entanto, estão equivocados. Nessa concepção, **como universitário, considero que se deve manter a amizade apesar das divergências comportamentais** (grifos nossos). (...)

Na discussão:

As divergências de opinião enriquecem a amizade.

Sou universitário, inspirado pela leitura dos textos “Amizade que termina por causa da política era amizade mesmo?” e “Amigo”, resolvo expor minha opinião referente à amizade. Hodiernamente, presencio na universidade discussões de amigos sobre suas diferentes posições políticas, que normalmente acarretam entre os envolvidos seu afastamento, **creio firmemente que romper os laços de amizade não seja a melhor solução**,

pelo contrário deve mante-la, pois a Dialética é saudável para ampliar o conhecimento dos indivíduos, argumento este defendido por Kant. É somente escutando opiniões opostas, que poderemos evoluir na política e na democracia (grifos nossos). (...)

Na solução-avaliação:

Falta de diálogo em amizades.

Fazer um amigo para alguns pode ser complicado, mas manter uma amizade antiga é ainda mais. A falta de interesse na vida particular e nos costumes do seu amigo, pode torná-los inimigos. Ter candidatos diferentes, de partidos diferentes normalmente faz com que haja um debate entre as pessoas, defendendo sua escolha ou criticando a escolha do outro, e isso é ainda pior entre amigos íntimos.

Ao não questionar o porquê da escolha do candidato do amigo, e ao não procurar entender a causa disso, você pode criar um desentendimento indo contra a opinião diferente da sua.

Política, opinião e escolha são coisas que não se discutem, cada um tem a sua, e cabe a você ouvir, respeitar e dar espaço ao seu amigo para conversar livremente sobre o assunto.

Agora, acabar uma amizade por discussões políticas? De maneira alguma. Entenda: existem pensamentos contrários ao seu (grifos nossos).

Como já mencionado, as UCs aparecem, em sua maioria, nas porções textuais referentes à discussão. Acredita-se que isso se justifica devido ao fato de que é justamente nesse ponto do texto em que são explicitados os argumentos e é, também, construída a opinião do autor sobre a temática analisada (BOFF; KÖCHE; MARINELLO, 2009).

Outro fator que se mostrou relevante para construir um padrão que determinasse as UCs foi o uso frequente de certos vocábulos (ANTONIO, 2015). Assim sendo, os Quadros 6, 7 e 8 trazem detalhadamente os substantivos, adjetivos e verbos que tiveram, no mínimo, quatro ocorrências nas UCs identificadas no *corpus*. Os termos destacados em itálico são aqueles que coincidem com os apresentados no contexto e no comando de produção da proposta de redação. Os termos separados por barras, por sua vez, são aqueles considerados sinônimos pelos candidatos.

Quadro 6: Substantivos encontrados com maior frequência nas UCs

Substantivos	N
<i>Amizade(s)</i>	67
<i>Amigo(s)</i>	33
Divergência(s)/Diferença(s)	18
Opinião(es)	18
Política(s)	9
<i>Sociedade</i>	9
<i>Gesto(s)</i>	9
<i>Manutenção</i>	7
Laços	7
Respeito	7

Fonte: A autora.

Quadro 7: Adjetivos e locuções adjetivas encontradas com maior frequência nas UCs

Adjetivos	N
<i>Opostos(as)/Divergente(s)/Diferentes/Distintas</i>	37
Verdadeiro(a)/de verdade	17
<i>Político(s)</i>	13
<i>Política(s)</i>	11
De opinião (ões)	8
Antigo(s)	5

Fonte: A autora.

Conforme exposto no Quadro 6, a classe dos substantivos foi a que apresentou maior número de ocorrências nas UCs presentes no *corpus*. A partir de uma análise quantitativa, identificou-se que o vocábulo mais utilizado pelos produtores de texto foi “amizade(s)”. Este, quando acompanhado pelo adjetivo “verdadeira”, teve 6 ocorrências. Em seguida, o substantivo “amigo(s)” apresentou 33 ocorrências e, entre elas, esteve acompanhado do adjetivo “antigo(s)” 5 vezes e da locução adjetiva “de verdade” 2 vezes.

Exemplos encontrados no *corpus* com o vocábulo “amizade(s)”:

(1) Uma **amizade verdadeira** não pode ser perdida em meio a questões que se renovam constantemente (grifos nossos).

(2) A **amizade** é um sentimento de amor, carinho e respeito que não se deve deixar dissolver (grifos nossos).

Exemplos com o substantivo “amigo(s)” acompanhado do adjetivo “antigo” e da locução adjetiva “de verdade”:

(3) (...) manter a amizade quando **antigos amigos**, que tomaram diferentes rumos na vida, assumem gestos políticos opostos diante de questões da sociedade, é essencial (grifos nossos).

(4) Ao encontrarmos um **amigo de verdade**, devemos valorizá-lo e, mesmo que discordemos, lutar para que todos possam expor seus pontos de vista (grifos nossos).

Os substantivos “divergência(s)” e “diferença(s)” também se fizeram presentes em uma parcela significativa das ocorrências, 18 especificamente. Já o vocábulo “opinião(ões)” apresentou-se de duas diferentes formas: ora figurando como substantivo, em 18 casos, ora figurando como parte do SN “de opinião(ões)”, como identificou-se em 8 casos.

(5) Considero extremamente desnecessário desfazer uma amizade por causa de **opiniões** opostas (grifos nossos).

(6) A **divergência de opinião** política em uma amizade não deve ser o motivo para seu rompimento (...) (grifos nossos).

Uma situação semelhante a essa ocorreu também com o vocábulo “política(s)”. Em 9 ocorrências, manifestou-se como substantivo e, em outras 11, como adjetivo.

(7) Briga entre amigos decorrente de visões opostas em relação a **política** e a sociedade é normal e não deve ser motivo de afastamento (grifos nossos).

(8) (...) não é uma discussão **política** que deveria dar fim a uma relação de décadas (...) (grifos nossos).

Por fim, os substantivos “sociedade” e “gesto(s)” também tiveram 9 ocorrências cada, e os vocábulos “manutenção”, “laços” e “respeito”, 7. Baseado no expressivo número de substantivos identificados, pode-se inferir que a predominância dessa classe gramatical se deve ao fato de que os candidatos enxergaram a repetição de vocábulos ou sinônimos presentes no contexto e comando de produção como uma estratégia para se manterem alinhados à temática e, então, conquistarem uma boa nota em suas redações.

Como já explicitado anteriormente, a classe dos adjetivos também se manifestou em grande parte das ocorrências. Totalizando 37 delas, estão os vocábulos “opostos(as)”, “divergentes(s)”, “diferentes” e “distintas”, considerados sinônimos pelos

produtores dos textos. Tais adjetivos foram utilizados, em sua maioria, com o objetivo de modificar substantivos como “opiniões” e “pontos de vista”.

Seguidamente, o adjetivo “verdadeiro(a)” e o SN “de verdade” estiveram presentes em 17 ocorrências para qualificar os substantivos “amizade” e “amigo”, ressaltando, pois, sua importância, conforme apresentado no exemplo (4). O adjetivo “político(s)”, por sua vez, foi identificado em 13 ocorrências, diversas vezes acompanhado de substantivos como “partido” e “gestos” a fim de atribuir-lhes características mais precisas e de repetir uma das orações utilizadas no comando de produção para marcar a temática. Além desses, foram encontrados os adjetivos “política(s)” em 11 ocorrências, ilustrado no exemplo (8), e “antigos” em 5 ocorrências, como no exemplo (3), o qual foi utilizado para caracterizar o vocábulo “amigos” e imputar a ele um grau maior de importância.

A classe dos verbos também apresentou diversas ocorrências, as quais estão dispostas no Quadro 8.

Quadro 8: Verbos encontrados com maior frequência nas UCs

Verbos	N
Dever	32
Manter	21
Acreditar	11
Considerar	5

Fonte: A autora.

O auxiliar modal “dever” foi o mais utilizado pelos candidatos e esteve presente em 32 ocorrências. Predominantemente conjugado na terceira pessoa do singular no presente do indicativo – em 19 dos casos - e na primeira pessoa do plural também no presente do indicativo – em 7 dos casos -, pode-se notar que esse verbo indica uma obrigação ou permissão, as quais espera-se que sejam cumpridas no futuro, conforme os exemplos a seguir.

(9) A amizade é um sentimento de amor, carinho e respeito que não se **deve** deixar dissolver (grifos nossos).

(10) Uma amizade é algo difícil de conseguir, então, o que fazer quando as opiniões divergem? Ora, **devemos** seguir amigos! (grifos nossos).

Totalizando 21 ocorrências, o verbo “manter”, sinônimo de preservar, manifestou-se apenas na forma infinitiva. Acredita-se que esse vocábulo também se apresentou de forma expressiva nos textos do *corpus*, pois foi por meio dele que os candidatos encontraram uma maneira de se posicionarem e garantirem o atendimento à temática da proposta. Isso porque esse verbo também está diretamente relacionado ao substantivo “manutenção”, o qual aparece explicitamente no comando de produção.

Exemplos com o verbo “manter”:

(11) (...) temos que **manter** nossos laços afetivos, apesar das divergências, tirando bom proveito dos debates (grifos nossos).

(12) (...) **manter** a amizade quando antigos amigos, que tomaram diferentes rumos na vida, assumem gestos políticos opostos diante de questões da sociedade, é essencial (grifos nossos).

Em seguida, o verbo evidencial⁴ “acreditar” aparece em 11 ocorrências, todas em primeira pessoa do singular no presente do indicativo. O mesmo ocorreu com o verbo “considerar”, que foi identificado em 5 ocorrências, todas também em primeira pessoa do singular no presente do indicativo. Ambos os verbos indicam que o falante é a fonte da informação, ou seja, do ponto de vista com base em um tipo de conhecimento pré-existente. Os exemplos abaixo ilustram essa noção de evidencialidade.⁴

(13) **Acredito**, como universitário, que os amigos verdadeiros permanecem mesmo que haja distância e/ou conflitos (grifos nossos).

(14) Como universitário, **considero** que se deve manter a amizade apesar das divergências comportamentais (grifos nossos).

3.3 AS RELAÇÕES RETÓRICAS ESTABELECIDAS NO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO

Após realizar-se uma análise acurada das UCs presentes nas redações que compõem o *corpus*, observou-se que o posicionamento dos produtores de texto pode ser encontrado em diferentes partes da estrutura composicional do gênero. A análise da

⁴ A evidencialidade pode ser definida como a especificação da fonte da informação contida em um enunciado. De acordo com Willet (1988), são dois os tipos principais de evidência, a direta e a indireta. Os mecanismos de evidência direta são utilizados, como o próprio nome pressupõe, em situações em que o falante é testemunha direta do fato descrito no enunciado. A evidência indireta, por sua vez, é usada quando o falante tem conhecimento da situação descrita por meios verbais ou por inferência.

posição da UC nas redações revelou que os textos produzidos em situação de avaliação nem sempre seguem a estrutura composicional descrita na literatura sobre o gênero artigo de opinião (UBER, 2008; BOFF; KOCHÊ; MARINELLO, 2009; ZANINI, 2017).

Para esses autores, o posicionamento tende a ser apresentado na situação-problema do texto ou, ainda, na discussão. Contudo, apurou-se que esta não é, necessariamente, uma regra, visto que a UC, porção em que o candidato apresenta sua opinião a fim de atender o comando, foi encontrada também na solução-avaliação (ou conclusão) em 27 das 100 redações, conforme o Quadro 5. Constatou-se também que a posição da UC influencia diretamente na organização da macroestrutura do gênero.

Assim, foram construídos diagramas arbóreos para esquematizar algumas das diferentes estruturas retóricas encontradas no *corpus* de pesquisa. Cabe lembrar que essas estruturas são determinadas por relações estabelecidas entre porções textuais sucessivamente maiores e, de acordo com Mann e Thompson (1988), podem ser consideradas funcionais, pois contemplam as intenções comunicativas do produtor do texto.

A seguir, serão apresentados os diagramas de três estruturas retóricas encontradas no *corpus*. Em cada uma delas, a UC manifestou-se em uma posição diferente, ora na situação-problema, ora na discussão, ora na solução-avaliação.

Texto 01:

Sociedade da repressão

Violência verbal, indignação e exclusão são alguns dos efeitos gerados por uma discussão acalorosa sobre gestos políticos opostos. Há quem acredite que romper os laços de amizade é um fim necessário, no entanto, estão equivocados. **Nessa concepção, como universitário, considero que se deve manter a amizade apesar das divergências comportamentais.**

É inegável que o processo de formação do pensamento deriva de uma relação cultural, visto que as instituições sociais, como a família, molda o comportamento do indivíduo. Tal transferência de capital simbólico, o sociólogo Bordieu denomina de “reprodução social”. Prova disso verifica-se nas diferentes visões de mundo acerca da política e comportamentos sociais, logo, o debate é apenas uma maneira de transmitir experiências.

Além disso, por quê pensar diferente é equivocado? Trata-se de uma nova era globalizada, cujos efeitos resultam na efemeridade das relações dos indivíduos, já que a facilidade de encontrar um “novo amigo” na rede social torna-se banal. Desse modo, de fato, deve-se buscar pela manutenção de uma amizade baseada nos laços verdadeiros (grifos nossos).

Como já mencionado, considerou-se, em todos os textos, como UC a porção em que o candidato apresenta seu posicionamento, fato que atende o comando de produção. Dessa maneira, na macroestrutura do Texto 01, a porção 5 foi determinada como central. Nota-se que, nesse tipo de estrutura, há dois satélites que antecedem a UC. O primeiro deles é o título, que estabelece uma relação de preparação (Quadro 9) com o núcleo. O intuito do autor do texto, ao utilizar essa relação, é o de preparar seu leitor e instigá-lo a se interessar pelo conteúdo produzido no núcleo.

Quadro 9: Definição da relação de preparação

Nome da relação	Condições em S ou N, individualmente	Condições em N+S	Intenção de A
Preparação	Nenhuma	S precede N no texto; S tende a fazer com que L esteja mais preparado, interessado ou orientado para ler N	S precede N no texto; S tende a fazer com que L esteja mais preparado, interessado ou orientado para ler N

Fonte: Mann e Taboada (2010).

O outro satélite estabelece uma relação de fundo (Quadro 10), em que o autor contextualiza o assunto a ser abordado em seu texto. Nessa porção, são apresentadas algumas das consequências negativas que podem ser provocadas por uma discussão em que há participantes com ideais políticos opostos. Entre os efeitos citados pelo produtor do texto, estão a violência verbal, a indignação e a exclusão. Tais aspectos são explicitados com o intuito de fornecer subsídios para que futuramente o leitor compreenda melhor as informações contidas no núcleo.

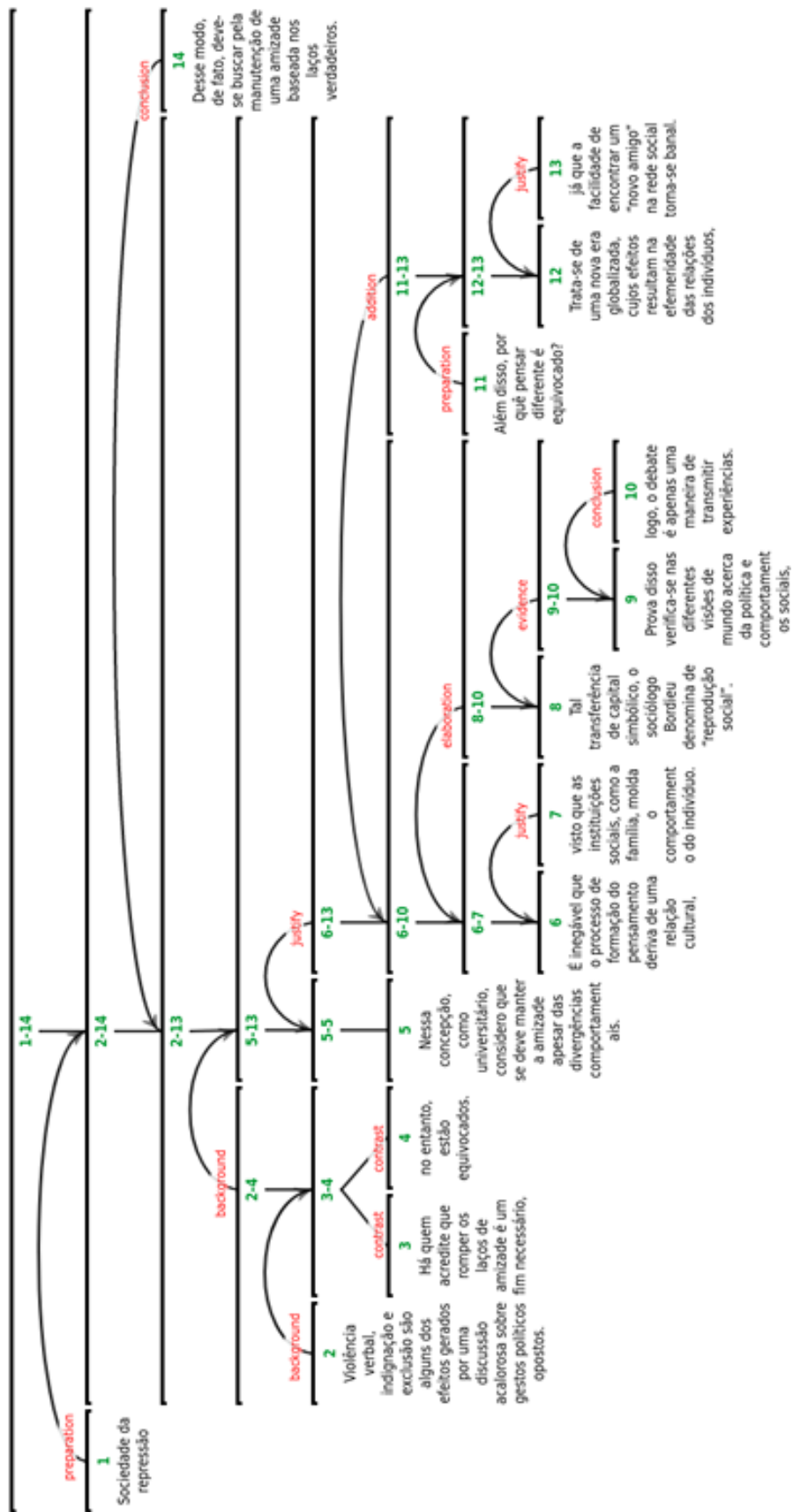
Quadro 10: Definição da relação de fundo

Nome da relação	Condições em S ou N, individualmente	Condições em N+S	Intenção de A
Fundo	Em N: L não compreende integralmente N antes de ler o texto de S	S aumenta a capacidade de L um elemento em N	A capacidade de L para compreender N aumenta

Fonte: Mann e Taboada (2010).

A Figura 8 traz o diagrama arbóreo que representa a estrutura retórica do Texto 01.

Figura 8: Diagrama da estrutura retórica do Texto 01



Fonte: A autora.

Conforme a Figura 8, pode-se notar que a unidade 5 é a UC do texto, uma vez que todos os satélites apontam para essa unidade. É justamente nessa porção que o autor demonstra, de forma clara, seu posicionamento favorável à manutenção da amizade apesar das divergências de comportamento.

Localizada na parte direita do esquema, observa-se a relação de conclusão (unidade 4), cuja definição está presente no Quadro 11. Essa pode ser considerada uma espécie de julgamento respaldado pelos argumentos tecidos ao longo do texto em relação à situação apresentada no núcleo. Além disso, a conclusão cumpre também a função de “fechar” a redação, reiterando a opinião do autor de que se deve manter uma amizade baseada em laços verdadeiros.

Quadro 11: Definição da relação de conclusão

Nome da relação	Condições em S ou N, individualmente	Condições em N+S	Intenção de A
Conclusão	Em S: S é um juízo fundamentado, uma inferência, uma consequência necessária ou uma decisão final com respeito à situação apresentada em N	Em N + S: S apresenta uma declaração final que envolve a situação apresentada em N	L reconhece que S é uma declaração final a respeito de N

Fonte: Carlson e Marcu (2001 apud ALVES, 2013, p. 56)

Por fim, da combinação das porções 6-13 emerge a relação de justificativa (Quadro 12). Por meio dela, o autor constrói seus argumentos a fim de convencer o leitor a aceitar seu ponto de vista. Uma das ideias defendidas por ele é a de que o debate é apenas um modo de se transmitir experiências, assim, o fato de as pessoas possuírem pensamentos diferentes não é, necessariamente, algo ruim ou equivocado.

Quadro 12: Definição da relação de justificativa

Nome da relação	Condições em S ou N, individualmente	Condições em N+S	Intenção de A
Justificativa	Nenhuma	A compreensão de S por L aumenta a sua tendência para aceitar que A apresente N	A tendência de L para aceitar o direito de A a apresentar N aumenta

Fonte: Mann e Taboada (2010).

No Texto 02, a UC se manifesta na discussão, como observa-se a seguir:

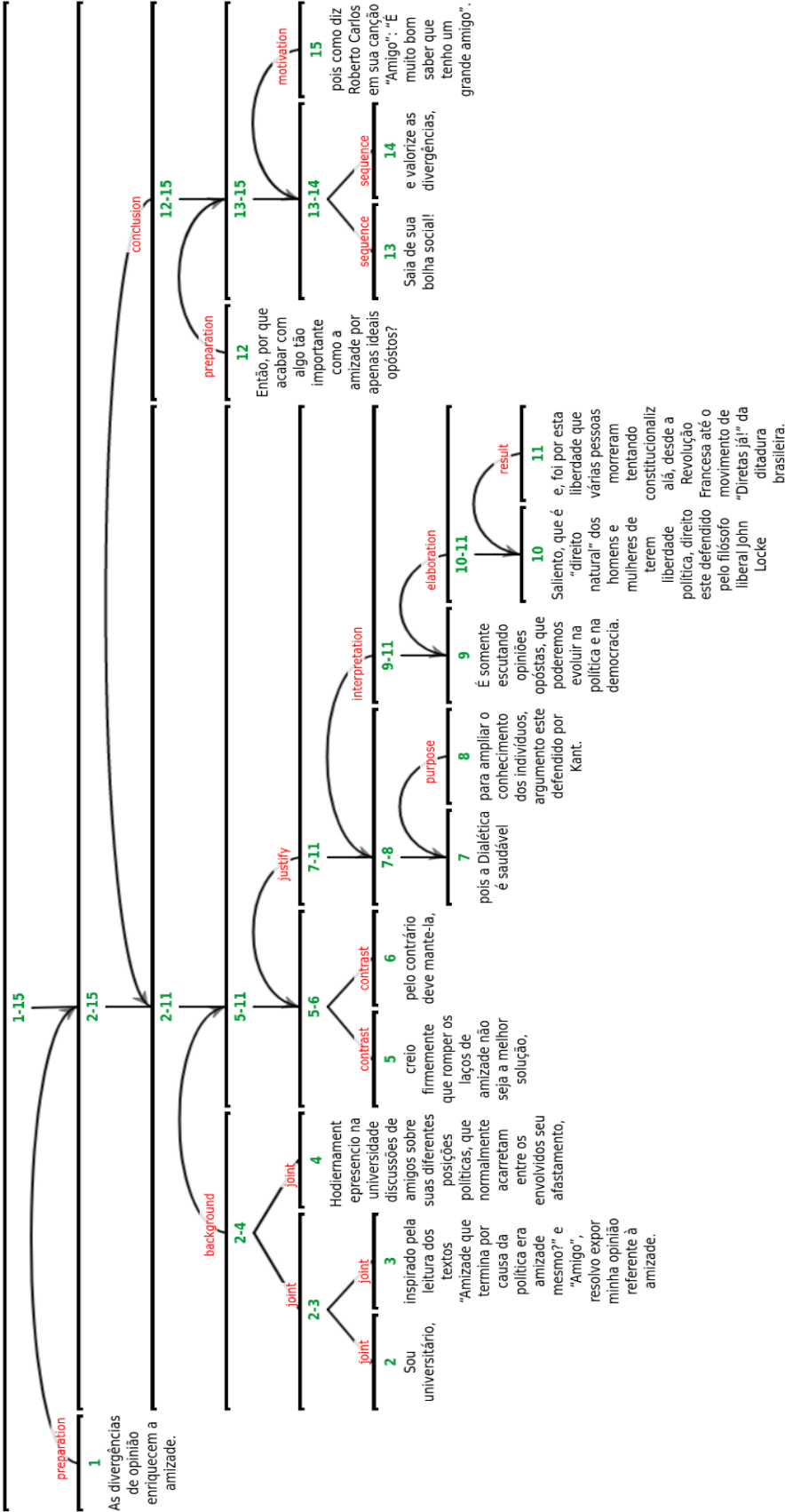
Texto 02:

As divergências de opinião enriquecem a amizade.

Sou universitário, inspirado pela leitura dos textos “Amizade que termina por causa da política era amizade mesmo?” e “Amigo”, resolvo expor minha opinião referente à amizade. Hodiernamente, presencio na universidade discussões de amigos sobre suas diferentes posições políticas, que normalmente acarretam entre os envolvidos seu afastamento, **creio firmemente que romper os laços de amizade não seja a melhor solução, pelo contrário deve mante-la**, pois a Dialética é saudável para ampliar o conhecimento dos indivíduos, argumento este defendido por Kant. É somente escutando opiniões opostas, que poderemos evoluir na política e na democracia.

Saliento, que é “direito natural” dos homens e mulheres de terem liberdade política, direito este defendido pelo filósofo liberal John Locke e, foi por está liberdade que várias pessoas morreram tentando constitucionalizalá, desde a Revolução Francesa até o movimento de “Diretas já!” da ditadura brasileira. Então, por que acabar com algo tão importante como a amizade por apenas ideais opostos? Saia de sua bolha social! e valorize as divergências, pois como diz Roberto Carlos em sua canção “Amigo”: “É muito bom saber que tenho um grande amigo”.

Figura 9: Diagrama da estrutura retórica do Texto 02



Fonte: A autora.

De acordo com o diagrama representado pela Figura 9, a UC é composta pelas unidades 5-6 e forma uma relação de contraste. De acordo com o autor, a melhor solução para os casos em que há divergências políticas entre amigos não é romper a amizade. Segundo ele, deve-se fazer justamente o contrário, mantê-la. Assim como na estrutura do Texto 01, há dois satélites antepostos à UC, o primeiro deles contém uma relação de preparação, unidade 1 (Quadro 9), isto é, o título.

O segundo satélite, por sua vez, traz a relação de fundo nas unidades 2-4 (Quadro 10), em que o produtor do texto tem por intuito aumentar a capacidade do leitor para entender seu posicionamento futuro. Nesse momento, ele apresenta, por meio de outras relações multinucleares de junção, sua posição social de universitário, a leitura de quais textos o motivou a escrever a redação e que tipo de situações cotidianas envolvendo esta temática ele tem presenciado.

De forma muito similar à do Texto 01, há uma relação de conclusão composta pelas unidades 12-15 posposta à UC. O autor conclui seu texto reforçando a ideia de que as amizades não devem ser desfeitas e é preciso valorizar divergências bem como “sair da bolha social” em que todos pensam de modo similar. Essa relação de conclusão emerge da combinação de outras duas relações, de preparação (unidade 12) e motivação (unidade 15) (Quadro 13).

Quadro 13: Definição da relação de motivação

Nome da relação	Condições em S ou N, individualmente	Condições em N+S	Intenção de A
Motivação	Em N: N é uma ação em que L é o ator (incluindo a aceitação de uma oferta), não realizada face ao contexto de N	A compreensão de S aumenta a vontade de L para executar a ação em N	A vontade de L para executar a ação em N aumenta

Fonte: Mann e Taboada (2010).

O outro satélite posposto à UC, bem como na estrutura do Texto 01, apresenta a relação de justificativa (unidades 7-11). Utilizando tal relação, o autor expõe argumentos a fim de conferir uma maior credibilidade ao seu posicionamento e levar o leitor a aceitá-lo. Entre as informações evidenciadas por ele, estão os ideais de diferentes autoridades, como os filósofos Kant e John Locke e os adventos da Revolução Francesa e o movimento das “Diretas já!”, que ocorreu em plena ditadura brasileira.

O Texto 03 traz uma estrutura retórica completamente diferente das demais, em que a UC foi encontrada na solução-problema e na discussão, respectivamente. Essa constatação pode ser observada a seguir:

Texto 03:

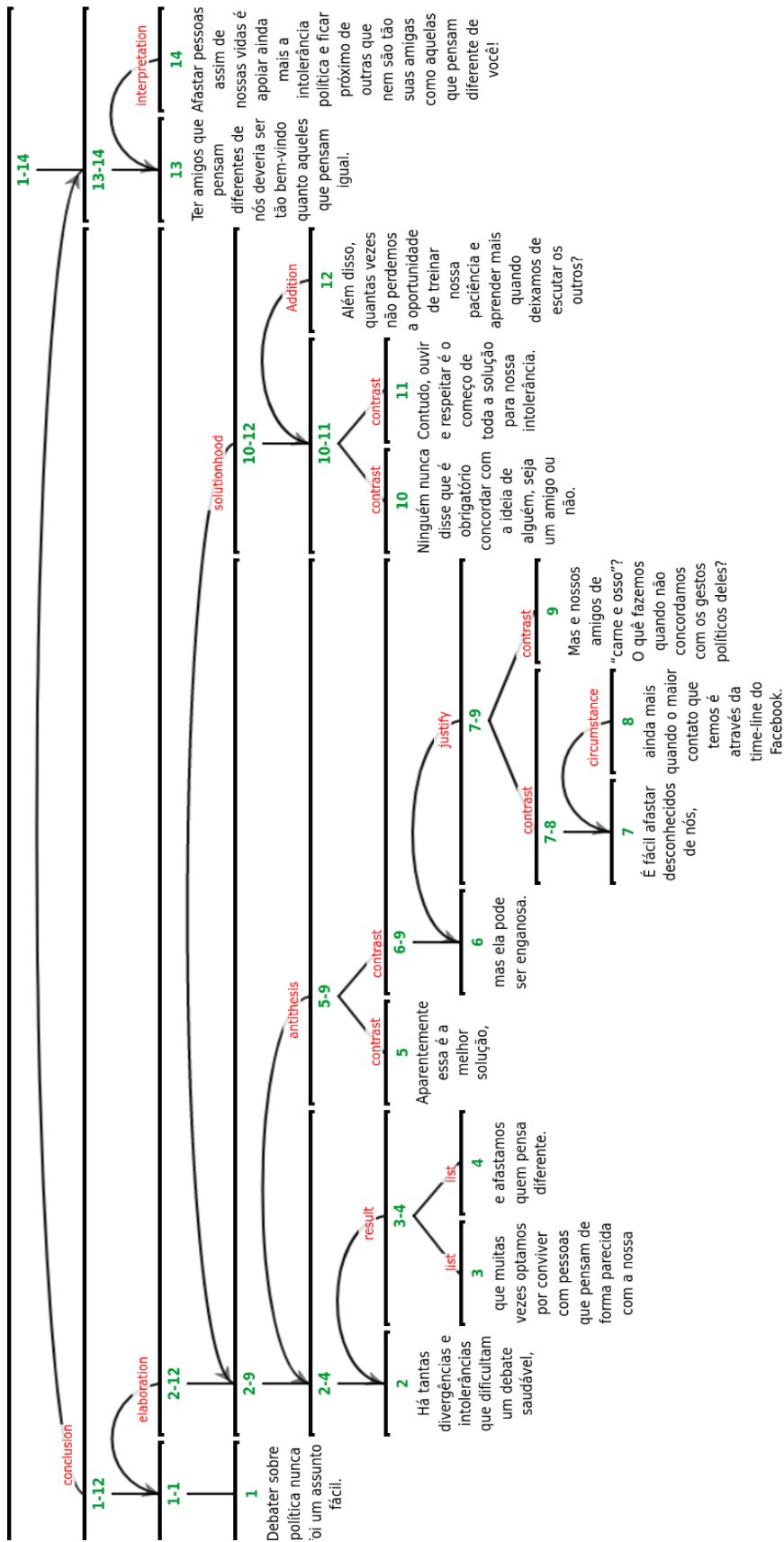
Debater sobre política nunca foi um assunto fácil. Há tantas divergências e intolerâncias que dificultam um debate saudável, que muitas vezes optamos por conviver com pessoas que pensam de forma parecida com a nossa e afastamos quem pensa diferente. Aparentemente essa é a melhor solução, mas ela pode ser enganosa.

É fácil afastar desconhecidos de nós, ainda mais quando o maior contato que temos é através da time-line do Facebook. Mas e nossos amigos de “carne e osso”? O quê fazemos quando não concordamos com os gestos políticos deles?

Ninguém nunca disse que é obrigatório concordar com a ideia de alguém, seja um amigo ou não. Contudo, ouvir e respeitar é o começo de toda a solução para nossa intolerância. Além disso, quantas vezes não perdemos a oportunidade de treinar nossa paciência e aprender mais quando deixamos de escutar os outros?

Ter amigos que pensam diferentes de nós deveria ser tão bem-vindo quanto aqueles que pensam igual. Afastar pessoas assim de nossas vidas é apoiar ainda mais a intolerância política e ficar próximo de outras que nem são tão suas amigas como aquelas que pensam diferente de você! (grifos nossos)

Figura 10: Diagrama da estrutura retórica do Texto 03



Fonte: A autora.

No Texto 03, a UC é composta pelas unidades 13-14 de cuja combinação emerge a relação de interpretação (Quadro 14). Nessa porção textual, o autor exprime seu posicionamento favorável à manutenção da amizade quando antigos amigos assumem gestos opostos e afirma que afastar pessoas com opiniões distintas é apoiar ainda mais a intolerância política. Outro ponto levantado por ele é que, ao adotar esse tipo de atitude, também se corre o risco de trazer para perto pessoas com as quais não se tem uma amizade tão próxima quanto aquelas que apenas pensam de forma diferente.

Quadro 14: Definição da relação de interpretação

Nome da relação	Condições em S ou N, individualmente	Condições em N+S	Intenção de A
Interpretação	Nenhum	Em N + S: S relaciona N com várias ideias que não se encontram diretamente relacionadas com N, e que não estão relacionadas com a atitude positiva de A	L reconhece que S relaciona N com várias ideias que não se encontram relacionadas com o conhecimento apresentado em N

Fonte: Mann e Taboada (2010).

Diferentemente das estruturas retóricas mais recorrentes encontradas no *corpus*, a relação de conclusão aparece na unidade 1, anteposta à UC. Desse modo, o autor inicia seu texto já com a constatação de que debater sobre política não é fácil. Nos blocos seguintes (2-12), ele apresenta uma elaboração (Quadro 15) desse pensamento.

Quadro 15: Definição da relação de elaboração

Nome da relação	Condições em S ou N, individualmente	Condições em N+S	Intenção de A
Elaboração	em N: apresenta uma ação de L (incluindo a aceitação de uma oferta), não realizada face ao contexto de N	A compreensão de S por L aumenta a capacidade potencial de L para executar a ação em N	A potencial capacidade de L para executar a ação em N aumenta

Fonte: Mann e Taboada (2010).

A relação de solução (Quadro 16) emerge entre as porções constituídas pelas unidades 10-12. Nesse ponto do texto, o autor sugere que não é necessário concordar com pessoas que possuem ideias opostas, basta ouvi-las e respeitá-las para que a intolerância seja combatida.

Quadro 16: Definição da relação de solução

Nome da relação	Condições em S ou N, individualmente	Condições em N+S	Intenção de A
Solução	Em S: S apresenta um problema	N constitui uma solução para o problema apresentado em S	L reconhece N como uma solução para o problema apresentado em S

Fonte: Mann e Taboada (2010).

Das unidades 5-9, emerge uma relação de antítese (Quadro 17), constituída por duas porções multinucleares, que também funciona como satélite para a relação de elaboração. Por meio dela, o autor afirma que, apesar de um afastamento parecer a

melhor alternativa para resolver os casos em que há divergências políticas, na verdade, não é. Conforme dito anteriormente, a solução é praticar a escuta e respeitar o próximo.

Quadro 17: Definição da relação de antítese

Nome da relação	Condições em S ou N, individualmente	Condições em N+S	Intenção de A
Antítese	Em N: A tem atitude positiva face a N	N e S estão em contraste (cf. a relação de Contraste); devido à incompatibilidade suscitada pelo contraste, não é possível ter uma atitude positiva perante ambas as situações; a inclusão de S e da incompatibilidade entre as situações aumenta a atitude positiva de L por N	A atitude positiva do L face a N aumenta

Fonte: Mann e Taboada (2010).

Da combinação entre as unidades 3-4, tem-se uma relação de resultado (Quadro 18), a qual é obtida a partir de outras duas porções multinucleares. Assim, segundo o produtor do texto, o fato de haver divergências e intolerâncias que dificultam o debate saudável é resultado da opção que muitas pessoas fazem por conviver apenas com aquelas que pensam de forma parecida e de se afastarem das que possuem opiniões distintas.

Quadro 18: Definição da relação de resultado

Nome da relação	Condições em S ou N, individualmente	Condições em N+S	Intenção de A
Resultado	Em S: S constitui uma situação ou ação voluntária possivelmente resultante de uma ação voluntária	N pode ter causado S; a apresentação de N é mais importante para cumprir os objetivos de A do que a apresentação de S	L reconhece que N pode ser uma causa da ação ou situação em S

Fonte: Mann e Taboada (2010).

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo descrever as principais características da unidade central e a estrutura retórica de textos do gênero artigo de opinião produzidos por candidatos ao Vestibular da UEM conforme a perspectiva da RST. Para tanto, foi necessário, primeiramente, levar em conta a avaliação das UCs segundo três anotadores.

Constatou-se que, entre os anotadores 01 e 02, houve 33% de concordância; entre os anotadores 01 e 03, 56% de concordância e, entre os anotadores 02 e 03, 32% de concordância. Acredita-se que alguns fatores podem ter influenciado para que os anotadores discordassem. Um deles é que, em 25 redações, os candidatos apresentaram sua opinião em duas partes distintas do texto e, em 6 das redações, não houve um posicionamento claro. Outro fator que pode ter colaborado para a discrepância é o fato de que alguns candidatos procuraram responder a uma pergunta que fazia parte do contexto de produção em vez de observarem mais atentamente o que o comando de produção solicitava.

Foram investigados os critérios para a definição das UCs. O primeiro deles foi sua posição relativa nos textos do *corpus*. Observou-se que, em 44 redações, a UC esteve presente na discussão; em 29 redações, localizou-se na situação-problema e, em outras 27 redações, na solução-avaliação. Tais dados revelaram que os textos produzidos em contexto de vestibular, especificamente, nem sempre seguem a estrutura composicional indicada por literaturas que descrevem o gênero artigo de opinião.

O segundo critério analisado relaciona-se à frequência de determinados vocábulos nas UCs. Assim, identificou-se que a classe dos substantivos apresentou o número mais expressivo de ocorrências, seguida da de adjetivos e de verbos. Com base em uma análise quantitativa, foi possível determinar que o vocábulo mais utilizado pelos candidatos foi “amizade(s)”, totalizando 67 ocorrências e, em 6 dos casos, esteve acompanhado pelo adjetivo “verdadeira”. Seguidamente, o substantivo “amigo(s)” teve 33 ocorrências e, quando acompanhado dos adjetivos “antigo(s)” e da locução “de verdade”, apresentou-se em 5 e 2 ocorrências respectivamente.

Além desses, os vocábulos “divergência(s)” e “diferença(s)” também apareceram de forma expressiva, em 18 ocorrências cada, especificamente. Os adjetivos “opostos(as)”, “divergentes(s)”, “diferentes” e “distintas”, considerados sinônimos pelos produtores dos textos, tiveram 37 ocorrências e foram usados a fim de modificar substantivos como “opiniões” e “pontos de vista”. Os verbos como “dever”, “manter” e “acreditar” apareceram em uma grande parcela das UCs, em 32, 21 e 11 ocorrências, respectivamente. Acredita-se que o alto índice de ocorrência de grande parte desses vocábulos está relacionado ao fato de integrarem o contexto e o comando de produção. Nesse sentido, os candidatos procuraram utilizá-los com o intuito de atenderem de forma satisfatória ao comando e, por conseguinte, atingirem uma boa pontuação na prova.

Por fim, foram analisadas as relações de coerência e as principais estruturas retóricas que compõem os textos do *corpus*. Verificou-se que, quando a UC está presente na situação-problema e na discussão, a estrutura retórica dos textos se dá de forma muito semelhante. Em ambas, há a presença de dois satélites que antecedem a UC. O primeiro satélite é o título, que estabelece uma relação de preparação e o segundo satélite estabelece uma relação de fundo, em que há a contextualização do assunto que será abordado no texto. Após apresentar seu posicionamento, o qual está contido na UC, os candidatos fecham sua redação com uma relação de conclusão, que geralmente reitera suas opiniões acerca da temática. Contudo, quando a UC se manifesta na solução-avaliação, a estrutura retórica do gênero se modifica completamente. Nesse caso, o candidato já inicia seu texto apresentando uma relação de conclusão. Nos blocos que se seguem, há uma relação de elaboração de seu pensamento, a qual é formada a partir de blocos menores que contêm relações de solução e antítese, por exemplo.

REFERÊNCIAS

- ANTONIO, J. D. Detecting central units in argumentative answer genre: signals that influence annotators' agreement. *In: Congreso de la Sociedad Española para el Procesamiento del Lenguaje Natural*, XXXI, Alicante, 2015. Actas... Disponível em: http://www.academia.edu/27165050/Detecting_central_units_in_argumentative_answer_genre_signals_that_influence_annotators_agreement. Acesso em: 01/11/2020.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2ª edição. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, Mikhail. O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas. **Estética da criação verbal**, v. 4, p. 307-336, 2003.
- BRAIT, B. (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.
- BRÄKLING, K. L. Trabalhando com o artigo de opinião: revisitando o eu no exercício da palavra do outro. *In: ROJO, R. (Org.) A prática da linguagem na sala de aula: praticando os PCN's*. Campinas: Mercado de Letras, 2000, p. 221-247.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: 1997, p. 144.
- BOFF, Odete M. B.; KÖCHE, Vanilda S.; MARINELLO, Adiane F. **O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação**. *ReVEL*, vol. 7, n. 13, 2009. [www.revel.inf.br].
- CARLSON, L.; MARCU, D. **Discourse Tagging Reference Manual**. 2001. Disponível em: <ftp://128.9.176.20/isi-pubs/tr-545.pdf>. Acesso em: 01/11/2020.
- DECAT, M. B. N. **Uma abordagem funcionalista para o estudo de processos linguísticos em gêneros textuais do português em uso**. *Revista Linguística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. v. 8, n. 1, jun de 2002.
- DOS SANTOS, A. R.; HACK, José Ricardo. As marcas linguísticas da sequência argumentativa no gênero artigo de opinião. *In: Anais-XIX Seminário do CELLIP Pesquisa em Língua e Cultura na América Latina UNIOESTE*—Cascavel, Paraná, 2009.
- FRANCO DE OLIVEIRA, N. A.; ZANUTTO, F. O gênero carta aberta: da interlocução marcada à interlocução esperada. *In: ANTONIO, D. A.; NAVARRO, P. (Org.). Gêneros textuais em contexto de vestibular*. Maringá: Eduem, 2017, Cap. 6, p. 133-151.
- FONTAINE, J. **O círculo linguístico de Praga**. São Paulo: Cultrix: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.
- HALLIDAY, M. A. K. **An Introduction to Funcional Grammar**. Londres: Edward Arnold, 1985.

HILA, C. V. D.; LUCCA, C. M. O. ; VINHA, E. L. P. O gênero artigo de opinião em situação de vestibular. *In: V CONALI - Congresso Nacional de Linguagens em Interação*, 2017, Maringá. Anais do V CONALI. Maringá, 2017, v. 1. p. 355-368.

IRUSKIETA, M.; ILARRAZA, A.D.; LABAKA, G.; LERSUNDI, M. 2015. The Detection of Central Units in Basque scientific abstracts. *In: Congreso de la Sociedad Española del Procesamiento del Lenguaje Natural*, XXXI, Alicante, 2015. Actas... Alicante, SEPLN.

IRUSKIETA, M.; ILARRAZA, A.D.; LERSUNDI, M. 2014. The annotation of the Central Unit in Rhetorical Structure Trees: A Key Step in Annotating Rhetorical Relations. *In: International Conference on Computational Linguistics*, 25, Dublin, 2014. Proceedings... Dublin, COLING, p. 466-475.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In: DIONÍSIO, A. P. et al. (org.) Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-36

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). Gêneros textuais e ensino*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

TABOADA, Maite; MANN, William C. Rhetorical structure theory: Looking back and moving ahead. *Discourse studies*, v. 8, n. 3, p. 423-459, 2006.

MANN, William C.; THOMPSON, Sandra A. Rhetorical structure theory: Toward a functional theory of text organization. *Text-interdisciplinary Journal for the Study of Discourse*, v. 8, n. 3, p. 243-281, 1988.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATTHIESSEN, Christian; THOMPSON, Sandra A. The structure of discourse and 'subordination'. *Clause combining in grammar and discourse*, v. 18, p. 275-329, 1988.

MENEGASSI, R. J. O processo de produção textual. *In: SANTOS, A.R.; GRECO, E. A.; T.B. A produção textual e o ensino*. Maringá/PR. Eduem, 2010, p. 75-102.

MOTERANI, N. G.; MENEGASSI, R. J. O conteúdo temático no gênero discursivo tiras em quadrinhos. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, v. 32, n. 2, p. 225-232, 2010.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. Martins Fontes, 1997.

_____. **A gramática**: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

PEZATTI, Erotilde Goreti. O funcionalismo em lingüística. *In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (Orgs.). Introdução à lingüística*, 2004.

RAMOS, Wiliam César; BICUDO, Cíntia; RAIMO, Luciana Cristina Ferreira Dias Di. A organização retórica do artigo de opinião no contexto do vestibular. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 93-111, 2019.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica de Bakhtin. *In*: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. **Gêneros, teoria, métodos e debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p.152-183.

ROJO, R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, v. 207, 2005.

SANTOS, C. F.; MENDONÇA, M.; CAVALCANTE, M. C. B. Trabalhar com texto é trabalhar com gênero. **Diversidade textual: os gêneros na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 27-42, 2007.

SANTOS, Záira Bomfante. A linguística sistêmico-funcional: algumas considerações. **SOLETRAS**, n. 28, p. 164-181, 2014.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino. **Revista Brasileira de Educação**, n. 11, p. 5-16, 1999.

TABOADA, Maite. Implicit and explicit coherence relations. **Discourse, of course**, p. 127-140, 2009.

UBER, T. de J. B. Artigo de opinião: estudos sobre um gênero discursivo. *In*: **os desafios da escola pública paranaense no PDE**. Paraná, 2014.

VAN VALIN, R. Exploring the syntax-semantic interface. **Cambridge**: Cambridge University Press, 2005.

VAN DIJK, T. **Macrostructures: an Interdisciplinary Study of Global Structures in Discourse, Interaction and Cognition**. Lawrence Erlbaum: Hillsdale, 1980.

WILLET, T. A cross-linguistic survey of the grammaticalization of evidentiality. **Studies in Language**, v. 12, n. 1, p. 51-97, 1988.

ZANINI, M. Artigo de Opinião: do ponto de vista à argumentação. *In*: J. D. ANTONIO; P. NAVARRO (Org.). **Gêneros textuais em contexto de vestibular**. Maringá: Eduem, 2017. p. 42-58.

